

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIAS
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

FERNANDA HOFMANN BEDA MENDES

**A LUTA DAS ATIVISTAS EXILADAS E RESIDENTES DO IRÃ CONTRA A
SUPRESSÃO DE SEUS DIREITOS**

GOIÂNIA

2023

FERNANDA HOFMANN BEDA MENDES

**A LUTA DAS ATIVISTAS EXILADAS E RESIDENTES DO IRÃ CONTRA A
SUPRESSÃO DE SEUS DIREITOS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Direito, Negócios e
Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Dr. Danilo Alarcon

GOIÂNIA

2023

MENDES, Fernanda. 2023.

A luta das ativistas exiladas e residentes do Irã contra a supressão de seus direitos / Fernanda Hofmann Beda Mendes. – Goiânia, 2023.

Total de folhas: 69 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2023.

1. Irã. 2. ativismo. 3. direitos das mulheres. 4. redes sociais. I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito, Negócios e Comunicação. II. A Luta das Ativistas Exiladas e Residentes do Irã contra a Supressão de Seus Direitos.

FOLHA DE APROVAÇÃO

FERNANDA HOFMANN BEDA MENDES

A LUTA DAS ATIVISTAS EXILADAS E RESIDENTES DO IRÃ CONTRA A SUPRESSÃO DE SEUS DIREITOS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito, Negócios e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(a) em Relações Internacionais.
Orientador(a): Prof. Dr. Danillo Alarcon

Aprovada em 04 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Danillo Alarcon (Orientador – PUC Goiás)

Profa. Dra. Maria Cristina Nunes F. Neto (PUC Goiás)

Profa. Me. Sabrina Moreira de Moraes Oliveira (PUC Goiás)

*Você quer apagar minha existência, mas nessa terra permanecerei
Continuarei dançando enquanto eu sustentar
Falo enquanto estou vivendo: fúria, rugido e revolta
Suas pedras e rochas não me amedrontam,
Sou enchente, você não poderá parar o meu fluxo¹
Simin Behbahani (2014², tradução nossa)*

¹ Do original: “You want to erase my being, but in this land I shall remain
I will continue to dance as long as I sustain
I speak as long as I’m living; fury, roar, and revolt
your stones and rocks I fear not,
I’m flood, my flow you can’t halt”

² Existe uma dificuldade em encontrar fontes primárias para os poemas de Simin Behbahani em alguma língua que não seja persa. Logo, o poema foi retirado de um artigo do Center for Human Rights in Iran, onde não se encontra sua data original de publicação.

AGRADECIMENTOS

Dedico esse espaço a agradecer às pessoas que foram importantes para a minha jornada acadêmica. Agradeço ao meu orientador, Danillo Alarcon, que me deu a mão ao navegar em um tema que precisa de sensibilidade, ao invés de julgamento, e me lembrou em suas aulas do porquê a Fernanda de 4 anos atrás escolheu fazer Relações Internacionais. Aos meus professores, especialmente ao professor Giovanni Okado, que me motivou a escrever no primeiro período, o que me incentivou a levar a escrita não apenas para a academia, mas também para a melodia, e à professora Maria Cristina, minha orientadora na Iniciação Científica, que me mostrou que nada é mais motivador para uma pesquisa do que a paixão.

Agradeço também minha família. Meu pai, que superou tantas adversidades porque acreditava que poderia mudar a vida de sua família pela educação e a bondade. Sua determinação criou duas crianças cheias de sonhos e coragem. Minha mãe, que é o motivo para essa graduação estar sendo concluída. Sempre me mostrando que por trás de um sonho, existe a realidade e o que você faz com ela. Meu irmão caçula, a pessoa mais inteligente que eu conheço. Você me faz querer ser a melhor versão de mim.

Com muita saudade, agradeço a pessoas amadas que não estão mais nesse plano. Minha madrinha Valéria, minha maior inspiração. Uma super-heroína aos meus olhos desde a infância. Que usava sua alegria e sua música como um poder. Meu tio Edeval, que me ensinou que todo mundo respeita um aperto de mão bem dado. E o amor da minha vida, minha avó Hilma. Lembro diariamente da sua garra, coragem e dedicação a quem você ama. Essa memória me faz querer ter muito de você em mim para sempre. Sinto sua falta todos os dias.

A todos que tornaram Goiânia um lar. Meus colegas. Meus veteranos que me acolheram tão bem, especialmente Darcília e Lucas, que fazem muitas coisas valerem a pena. Agradeço também de coração cheio aos amigos de outros cantos, de Palmas, do intercâmbio, do estágio, da internet e da música, que me lembram que nem a astrologia sabe quando você encontrou uma pessoa que vai mudar a sua vida. É só vivendo para descobrir.

Agradeço a música. Minha alma gêmea, força motora e razão de ser.

Por fim, agradeço as mulheres iranianas que estão lutando por uma existência mais gentil. Elas me lembram que ainda tenho tanto a aprender, mas isso não poderia estar mais distante de ser algo ruim. زن_زندگی_آزادی (Mulher, vida, liberdade).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo examinar como as ativistas iranianas retratam, através de mídias distintas, a luta pelos direitos das mulheres na República Islâmica do Irã, a partir de uma distinção entre as ativistas exiladas e as que continuam vivendo no Irã. Indaga-se se essa condição impacta nas formas de ativismo. O trabalho parte da leitura de ativismo de Jordan (2012), que indica que é necessária a identidade individual e senso de solidariedade na busca por transgressão entre as pessoas envolvidas. Esta é uma pesquisa qualitativa, sendo o primeiro capítulo baseado em uma revisão bibliográfica para a compreensão da história iraniana e o segundo capítulo baseado nas definições conceituais do ativismo e no uso de fontes primárias para se avaliar as expressões e articulações das ativistas estudadas, a saber: a) Simin Behbahani, b) Shirin Ebadi, c) Narges Mohammadi, d) Vida Movahed, e) Masih Alinejad, f) Nazila Maroofian. As hipóteses de que as ativistas exiladas e as residentes no Irã têm formas diferentes de se engajar com a causa e que as redes sociais têm sido usadas com maior intensidade por aquelas que estão em exílio puderam ser concluídas positivamente com os resultados obtidos na pesquisa. Conclui-se que existe uma diferença significativa no discurso das ativistas em exílio, principalmente nas redes sociais, pois ao estarem baseadas fora do Irã, a possibilidade de censura pelo regime iraniano é menor.

Palavras-chave: Irã; ativismo; direitos das mulheres; redes sociais.

ABSTRACT

The present work aims to examine how Iranian activists portray, through different media, the struggle for women's rights in the Islamic Republic of Iran, based on a distinction between exiled activists and those who continue to live in Iran. It questions whether these conditions impact in the forms of activism wielded by them. The work is based on Jordan's (2012) reading of activism, which indicates that individual identity and a sense of solidarity are necessary in the search for transgression among the people involved. This is a qualitative research, as the first chapter is based on a bibliographical review to understand Iranian history and the second chapter is based on the conceptual definitions of activism and the use of primary sources to evaluate the expressions and articulations of the activists studied, namely: a) Simin Behbahani, b) Shirin Ebadi, c) Narges Mohammadi, d) Vida Movahed, e) Masih Alinejad, f) Nazila Maroofian. The hypotheses that exiled activists and those residing in Iran have different ways of engaging with the cause and that social networks have been used with greater intensity by those in exile could be concluded positively with the results obtained in the research. It is concluded that there is a significant difference in the discourse of activists in exile, especially on social media, as when they are based outside of Iran, the possibility of censorship by the Iranian regime is lower.

Key Words: Iran; activism; women's rights; social media.

LISTA DE FIGURAS/QUADROS

Figura 1 - Véus usados pelas mulheres muçulmanas	15
Figura 2 - A estrutura do governo islâmico iraniano.....	20
Figura 3 - O dia em que 100 mil mulheres protestaram contra o véu.....	23
Figura 4 - Nazila Maroofian em liberdade	48
Figura 5 - Foto impressa do aiatolá Khamenei queimando.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O DIREITO DAS MULHERES NA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ.....	14
1.1 A REVOLUÇÃO ISLÂMICA E O PAPEL DAS MULHERES.....	16
1.2 A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES APÓS A REVOLUÇÃO.....	18
1.2.1 A estrutura do governo islâmico iraniano.....	19
1.2.2 Sob o comando do Aiatolá Khomeini.....	21
1.2.3 Sob o comando do Aiatolá Ali Khamenei.....	24
2 ATIVISMO INTERNACIONAL, REDES SOCIAIS E A QUESTÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO IRÃ.....	30
2.1 ATIVISMO INTERNACIONAL.....	31
2.1.1 O ativismo na era das redes sociais.....	32
2.2 USO DA INTERNET E DISSIDÊNCIA NO IRÃ ISLÂMICO.....	33
2.3 A ATUAÇÃO DAS ATIVISTAS.....	36
2.3.1 Fora das redes sociais.....	36
2.3.2 Nas redes sociais.....	43
2.4 HÁ DIÁLOGO? PROBLEMATIZAR AS AGENDAS DISCUTIDAS DENTRO/FORA DA RII.....	49
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar como as ativistas iranianas retratam, através de mídias distintas, a luta pelos direitos das mulheres na República Islâmica do Irã. Parte-se de uma distinção entre as ativistas exiladas do país e as que continuam vivendo no Irã, buscando-se responder a seguinte pergunta: como as ativistas iranianas, que vivem no país e as que estão emigradas, se engajam através das redes sociais em nome da luta pelos direitos das mulheres na República Islâmica do Irã? Trabalha-se nesta monografia com a hipótese de que as ativistas exiladas e as residentes no Irã têm formas diferentes de se engajar com a causa, principalmente pela questão da segurança, e que, por isso, as redes sociais têm sido usadas com maior intensidade por aquelas que estão em exílio. As ativistas estudadas são: Simin Behbahani, Shirin Ebadi, Narges Mohammadi, Vida Movahed, Masih Alinejad e Nazila Maroofian. A metodologia utilizada é de viés qualitativo e no primeiro capítulo parte de uma revisão bibliográfica para a compreensão da história iraniana, enquanto no segundo compreende as definições conceituais sobre o ativismo e subsequentemente engaja em um estudo de caso com fontes primárias das ativistas indicadas acima.

O tema ganhou ainda mais relevância após o ano de 2022, de grande visibilidade internacional para as mulheres do Irã. A morte de Mahsa Amini, jovem de 22 anos que foi levada em custódia pela “Polícia da Moralidade” de Teerã por seu *hijab* estar alegadamente “mal colocado”, comoveu o mundo inteiro. Acredita-se que a jovem foi torturada até entrar em estado de coma, falecendo de um ataque cardíaco no hospital alguns dias depois. A história da violência sofrida por Amini reverberou pelo Irã e a tornou uma mártir, criando uma onda de protestos que em maior parte reivindicavam o fim do aparato repressivo e do uso obrigatório da vestimenta islâmica. A repressão policial e governamental quanto aos protestos intitulados “Mulher, vida, liberdade”³ foi brutal, mas não evitou que virassem notícia em jornais do mundo inteiro, principalmente pelas redes sociais, também usadas como recurso de difusão de informação (THE GUARDIAN, 2022; ALJAZEERA, 2022; ESTADÃO, 2022).

A revolta das mulheres iranianas com a situação instigou o compartilhamento em massa das informações do caso, o que fez com que ele repercutisse em diversos outros países, ao ponto dos protestos se expandirem para várias partes do mundo, como no Canadá, na Inglaterra, nos Estados Unidos, no Japão e até no Brasil (THE MAINICHI, 2022; FOLHA DE S. PAULO, 2022).

³ Do original: زن_زندگی_آزادی

Esta pesquisa também teve uma motivação pessoal, fruto da interação da autora com uma iraniana. Em setembro de 2022, tomou conhecimento sobre os protestos “Mulher, vida, liberdade” após se deparar com um post de uma conhecida residente do Irã alertando que poderia estar ausente das redes nos dias seguintes, pois a internet seria cortada para impedir a disseminação de notícias sobre os protestos. Alarmada e preocupada com a segurança de sua amiga, a autora começou a pesquisar sobre o movimento e o ocorrido com Mahsa Amini, ficando impressionada em relação ao quase silêncio da imprensa brasileira sobre o que ocorria no Irã. Assim, fez diversas postagens em português na rede social X, compartilhando informações que havia encontrado em veículos de imprensa sobre o assunto e organizando-as de forma compreensível para um leigo. Ainda tratou em suas postagens sobre a necessidade de discutir no Brasil a realidade das mulheres iranianas⁴.

Dessa forma, é válido compreender quais conceitos de ativismo são utilizados ao longo desse trabalho. Vieira (2016, p. 89) define o ativismo como “Postura pró-ativa de indivíduos que agem conjuntamente e sistemicamente em prol de uma causa”, seja através de ações pontuais ou de um movimento coletivo estruturado. A autora expõe como o ativismo pode ser relevante independentemente da dimensão da atividade. O mais importante é a “cumplicidade” entre os militantes:

O que é essencial para o ativismo é simplesmente não ser mais do que um, como nós somos em um cinema, mas um **senso de solidariedade na busca por transgressão**. Deve ter um senso de identidade compartilhada, que possa ser compreendido melhor nesse momento como pessoas reconhecendo umas às outras: **a raiva, o medo, a esperança ou outras emoções** que eles sentem sobre uma transgressão.⁵ (JORDAN, 2012 apud VIEIRA, 2016, p. 90, tradução nossa)

De acordo com Jordan (2012), o ativismo também deve ser visto na ótica da ética. Para o autor, a ideia de diferença sendo algo que define um movimento também é para evitar a discussão de qual exploração é a “principal”: “A procura para a forma mais básica de opressão que leva a existência de todas as outras é negada pelo ativismo! Não existe hierarquia de opressão”⁶ (JORDAN, 2012, p. 145).

⁴ Atualmente, essas postagens contam com mais de um milhão de visualizações.

⁵ Do original: “Activism is essentially something done together by many people, but we must be careful with the sense of group or collective that is employed here. What is essential to activism is not simply being more than one, as we are in a cinema, but a sense of solidarity in pursuit of transgression. There has to be a sense of shared identity, which can best be understood at this stage as people recognizing in one another the anger, fear, hope or other emotions they feel about a transgression.”

⁶ Do original: “The search for the most basic form of oppression, from which all others derive is refused within activism! There is no hierarchy of oppression.”

Ao estudar o tema proposto pelas lentes das Relações Internacionais, possibilita-se compreender a realidade iraniana por um viés mais denso do que o *mainstream* permite. No presente trabalho, será apresentado o papel das mulheres na Revolução Islâmica, que retirou um governo autoritário do poder. Ao mesmo tempo, se estudará como o novo regime usou o véu como um símbolo de poder.

Além disso, os direitos das mulheres estão intrinsecamente ligados às relações internacionais do Irã com outros países. Os movimentos liderados pelas ativistas exiladas estudadas permitem o contato com líderes mundiais. A visão desses líderes sobre o Irã é complementada pela realidade exposta pelas ativistas e a disciplina das Relações Internacionais deve acompanhar o que é discutido na sociedade internacional. De acordo com Kinsella (2020), houve momentos quando isso não aconteceu. Entre os anos de 1975 e 1985, aconteceu a “Década das Nações Unidas para as Mulheres”, um período rico em estudos, pesquisas, políticas e informações voltadas às experiências, papéis e status das mulheres. “Mesmo assim, a disciplina das Relações Internacionais estava em silêncio⁷” (KINSELLA, 2020, tradução nossa). Em um momento onde a riqueza na pesquisa das Relações Internacionais é ainda mais nítida, é necessária a expansão dos temas de estudo para manter a coerência com a realidade política e civil. Dessa forma, é necessária a expansão dos temas em estudo pela disciplina para manter a coerência com a realidade.

Não obstante a isso, o Irã contemporâneo é um participante ímpar do tabuleiro da sociedade internacional. Após o estabelecimento da República Islâmica em 1979, o país sofreu diversas sanções do seu antigo aliado, os Estados Unidos, insatisfeito com a mudança sistêmica. Logo, sofreu ainda mais sanções das Nações Unidas e da União Europeia após a negação do programa nuclear do país em 2005, como observa Carvalho (2022). O autor analisa como o isolamento do Ocidente fez com que o Irã se tornasse um jogador do lado da China, que se tornou o maior parceiro comercial do país de origem persa em 2009 (EHTESHAMI; HORESH, 2019 apud CARVALHO, 2022).

Ao mesmo tempo que a aproximação entre China e Irã representa grande importância econômica para os iranianos, ela também encontra relevante centralidade dentro daquilo que os chineses esperam que ocorra no sistema internacional ao longo dos próximos anos: o estabelecimento de um sistema internacional multipolar em detrimento da hegemonia estadunidense, e o advento do que acadêmicos definem como o “Século Asiático” (CARVALHO, 2022).

⁷ Do original: “And, yet, the discipline of International Relations was silent.”

A análise proposta por esse trabalho é feita em dois capítulos. No primeiro, contextualiza-se historicamente as mudanças quanto aos direitos das mulheres do Irã com o estabelecimento da República Islâmica. A primeira seção do capítulo estuda como ocorreu a Revolução Islâmica, movimento que culminou na mudança de regime, e qual foi o papel das mulheres nela. Na segunda seção, estuda-se como o novo regime impactou nos direitos femininos pré-existentes e estipula os motivos por trás das drásticas mudanças. Na seção subsequente, é feita uma contextualização da estrutura do governo iraniano, explicando os mais importantes órgãos do regime teocrático. Por fim, as duas próximas seções observam as mudanças promovidas dos direitos das mulheres pelos líderes supremos, o cargo de maior importância no país, observando separadamente os mandatos dos aiatolás Khomeini e Khamenei.

O segundo capítulo faz um estudo comparado das ativistas que atuam off-line e on-line. Para isso, a primeira seção do capítulo faz uma contextualização histórica do ativismo internacional, enquanto a segunda observa como o ativismo e o advento da internet culminaram na criação do ciberativismo. A terceira seção mostra como as redes sociais têm sido usadas no Irã, dando uma ênfase na Revolução Verde de 2009, como esses espaços virtuais foram uma ferramenta usada pelos ativistas e a resposta estatal. As duas seções subsequentes estudam dois grupos de ativistas da causa – ativistas que tiveram um impacto fora das redes *versus* ativistas que tiveram um impacto nas redes. Na última seção, analisa-se como as ativistas exiladas e as ativistas ainda no Irã tiveram abordagens diferentes de ativismo e o porquê. Por fim, são apresentadas as conclusões do trabalho.

1 O DIREITO DAS MULHERES NA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

O objetivo do primeiro capítulo é contextualizar as condições das mulheres na República Islâmica do Irã. A extensão e a relevância desse território são um dos principais motivos para essa região ser historicamente multiétnica, englobando turcos, curdos, árabes, entre outras nacionalidades. De acordo com Alesina et al. (2003), em uma métrica em que o número 1.0 é a presença da característica pela totalidade da população, o Irã tem uma fragmentação étnica de 0.7462 e uma fragmentação religiosa de 0.1152. Majbouri e Fesharaki (2017) fazem uma comparação do Irã com outras regiões, observando que o país tem uma diversidade étnica maior do que a média dos países do Oriente Médio e norte da África, cujo índice de fragmentação étnica é de 0.453, mas são religiosamente mais coesos, com um índice de 0.346. Mesmo o persa sendo a língua oficial, a fragmentação linguística é de 0.7462.

De acordo com Keshavarzian e Chehabi (2018), por mais que o Estado iraniano seja recente, foi na antiguidade que sua fundamentação foi construída. Após a chegada do islamismo na região, no século VII, desenvolveu-se na região a vertente do xiismo, que impactaria profundamente a estrutura político-social, o que será analisado posteriormente. Por ora, é preciso enfatizar que a relevância da religião nesse território, principalmente após a Revolução Islâmica de 1979, leva a um dos grandes questionamentos a estudar os iranianos, população de um dos Estados teocráticos em maior evidência na atualidade: quanto dos seus hábitos diz respeito a sua crença pessoal, e quanto diz respeito a imposições estatais?

É importante entender de onde vieram as atuais imposições às mulheres do Irã e que o papel desse grupo sofreu grandes mudanças nas últimas décadas, principalmente após a Revolução Islâmica. A revolução foi o momento em que a monarquia autocrática da dinastia Pahlevi foi deposta e substituída pela República Islâmica, um regime teocrático governado pelo aiatolá Ruhollah Khomeini. Essa mudança teve consequências enormes para a realidade dos iranianos. Para as mulheres, muitas viriam a ser drásticas.

Assim, apresenta-se um tópico que aparecerá diversas vezes nessa monografia: o *hijab*. Ferreira (2013) fala sobre a importância de se compreender de onde vem o uso do *hijab* por muçulmanas, prática que é observada por parte da cultura ocidental como opressiva. Não necessariamente, a autora ressalva. O véu é um símbolo cujo uso, pelo Alcorão, expressa a existência ali de uma mulher religiosa, seguidora do Islã. Por isso, seu uso virou uma questão cultural em territórios tradicionalmente muçulmanos: “Diz a tuas filhas e às mulheres dos crentes que [quando saírem] se cubram com suas ‘*jalabib*’, isto é mais conveniente para que se

distingam das demais mulheres e não sejam molestadas, porque Deus é Indulgente e Misericordioso” (Alcorão, surata 33, versículo 59 apud FERREIRA, 2013, p. 189).

Ao observar o uso compulsório do *hijab* no Irã, pode-se compreender que é necessária uma discussão mais profunda sobre o assunto. No português, *hijab* é uma das vestimentas conhecidas como “véu”. Ele é caracterizado pelo cobrimento total da cabeça, ficando visível apenas o rosto (PEW RESEARCH CENTER, 2021). Entretanto, existem outros tipos de véu, como a *burqa*, que consiste na cobertura total do corpo, com um lenço de pequena abertura no nível dos olhos, o *chador*, um manto que cobre o corpo inteiro com uma abertura um pouco maior para os olhos, e o *niqab*, que cobre a totalmente a cabeça com uma pequena abertura ao nível dos olhos (BBC, 2019). Na República Islâmica do Irã, é obrigatório o uso de algum véu e tem-se o *hijab* como o nível mais básico das opções apresentadas.

Figura 1 – Véus usados pelas mulheres muçulmanas



Fonte: BBC, 2019.

A autora constata que o véu pode e deve ser produto da escolha livre. Em uma comparação, Abu-Lughod (2006) ironiza o questionamento do uso do *hijab* por parte da sociedade ocidental com a seguinte frase: “Por que ficamos surpresas quando as mulheres

afegãs não jogam fora suas burcas, já que sabemos que não seria apropriado usar shorts para assistir a uma opera?”.

Dessa forma, o uso do *hijab* é, de acordo com Ferreira (2013), algo que as mulheres muçulmanas devem a Deus, e não aos homens. Chega-se então na realidade do Irã, que foi conduzido por uma cultura patriarcal ao longo de sua história política. O *hijab* é tanto um objeto, quanto uma metáfora para analisar a realidade dos direitos das mulheres na República Islâmica do Irã, pois por mais que exista uma crença individual no seu uso para a fidelidade da mulher muçulmana a Deus, esse uso é policiado por homens, que representam o Estado teocrático, oprimindo a escolha e a liberdade da mulher muçulmana quanto a sua fé.

1.1 A REVOLUÇÃO ISLÂMICA E O PAPEL DAS MULHERES

A realidade iraniana que levou grupos a clamarem por uma revolução não é simples, mas pode ser resumida em uma frase: uma oposição influente farta de um monarca autoritário que tentou implementar um processo de modernização imediatista e de certa forma forçado, lucrando bilhões enquanto sua população passava fome.

Deve-se contextualizar a realidade dos direitos femininos durante a mais recente dinastia que governou o Irã. Durante o governo do Reza Shah (1925-1941), estabeleceu-se o decreto *Kashf-e hijab*, “Tirando o véu”. Como esse decreto, todos os tipos de véus foram proibidos e mulheres não poderiam usá-los na rua sem serem abordadas pela polícia. O Shah⁸ via essa medida como relevante para distanciar a imagem do Irã de uma cultura específica e estimular a visão de um país multicultural (CHEHABI, 1993). A proibição durou oficialmente de 1936 a 1941. Quando se observa o governo de seu filho, o Shah Reza Pahlavi (1941-1979), não se pode deixar de mencionar a Lei da Proteção Familiar (1967), que garantiu às mulheres o direito de se divorciarem e de trabalharem mesmo com a insatisfação do marido – em oposição à realidade anterior, em que o homem deveria pedir o divórcio e não precisava da outra parte para o processo e que a rejeição do marido seria o suficiente para a mulher ser impedida legalmente de trabalhar. Essas mudanças também desagradaram os ulemás⁹, pois iam contra o que dizia a lei divina tal como interpretada por eles, a *sharia* (OSANLOO, 2020).

Também durante o governo do Shah Pahlavi, as mulheres conquistaram o voto para as eleições do parlamento. Osanloo (2020) expõe como o movimento organizado que foi atrás

⁸ Shah: Título de imperador, monarca na região da Pérsia.

⁹ Ulemás: Grupo de estudiosos e especialistas do Islã.

desse direito falava diretamente com a resposta costumeira de que o dever das mulheres era a família, como se pode perceber com a fala da secretária do Partido das Mulheres, Fatemeh Sayyah: “Onde não existem direitos, não tem existem deveres.” A autora indica como o Shah, por outro lado, se tornava favorável ao sufrágio feminino. Com a Revolução Branca de 1961 a 1963, série de reformas para o país que colocadas em vigor pelo monarca, o sufrágio foi expandido às mulheres.

Mesmo com direitos garantidos no governo do último Shah, as mulheres tiveram participação na sua deposição. Para Osanloo (2020), uma das hipóteses é que a tentativa dos religiosos de mostrar às mulheres que o que era reivindicado por elas era uma construção de liberdade do Ocidente foi bem-sucedida; outra é que o direito adquirido, para várias mulheres, não compensava a dimensão da violência causada pelas forças do Shah contra os revolucionários. O fato é que as mulheres acompanharam a Revolução Iraniana de forma assídua, mas não havia grandes diferenças e expectativas na participação de ambos os gêneros nos protestos, de acordo com Mohammadi (2007). O autor ainda expõe que a forma como a “utopia revolucionária islâmica” estava sendo construída não levava as desigualdades de gênero em consideração. Pelo contrário, escondia o tópico sob a premissa de que o Islã era o guia do novo regime. As iranianas que lutavam ao lado dessa premissa não eram organizadas como um grupo singular. Elas queriam as mesmas coisas do que seus companheiros do gênero oposto: uma mudança política significativa.

Isso é mostrado de uma forma tátil por Hegland (1990), que faz um estudo de como as mulheres foram importantes para a revolução iraniana, especialmente na aldeia de Aliabad. As mulheres se sentiam culturalmente responsáveis em manter o papel de manter a harmonia, o bem-estar e a segurança de seus familiares. Assim, com a incidência de violentos atos pró-Shah e contra a revolução em dezembro de 1978, as mulheres reagiram na seguinte sequência: sentir o luto chorando e gritando desesperadamente, como se esperaria, e criando uma forma política de protesto, consistindo em demonstrações toda noite na cidade, ressaltando sua insatisfação com os atos. Depois, as mulheres levaram seus protestos para além da aldeia e participaram de atos revolucionários. Segundo Hegland (1990, p. 1, tradução nossa):

Por causa da revolta e da ação consequente ao ver as forças do Shah violar os interesses de suas famílias e seus parentes, sua justiça e a harmonia da aldeia, as mulheres tiveram uma parte significativa em duas grandes mudanças na aldeia durante o processo revolucionário. Em primeiro lugar, a revolta das mulheres quanto aos ferimentos causados em pessoas pró-Khomeini pelas forças pró-Shah nos dias 7 e 8 de dezembro de 1978, que ocorreram dentro da aldeia e sem um bom motivo, foi instrumental em trazer uma mudança

imediate na opinião da maioria da aldeia de pró-Shah, ou pelo menos em concordância com seu governo, para pró-revolução ou pró-Khomeini. Em segundo lugar, as mulheres foram quem iniciaram as demonstrações regulares todas as noites em Aliabad, começando dia 5 de janeiro de 1979.¹⁰

Por isso, por mais que a participação das mulheres durante os movimentos da Revolução Islâmica não tenha sido pautada necessariamente em busca da mudança de seu papel na sociedade, isso não lhes tira a importância. Elas foram às ruas e se posicionaram como formadoras de opinião, difundindo os ideais da revolução por sua insatisfação com a violência causada pelas forças do Shah. Um ponto levantado pela autora é que a força e a relevância das mulheres da revolução vieram em parte por sua empatia com os que sofriam com as injustiças. A solidariedade é um grande catalizador para movimentos sociais, e não seria a única vez que moveria as mulheres do Irã.

1.2 A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES APÓS A REVOLUÇÃO

A Revolução Iraniana¹¹ contou com o apoio de diversos setores da sociedade. Religiosos, mulheres, camponeses e intelectuais se uniram contra a extravagância monárquica do governo do Shah. Com essa união, a oposição cresceu em número e teve força o suficiente para assustar o monarca, que ficou surpreso com a quantidade de pessoas envolvidas no movimento opositor, ficando indeciso quanto a como reagir (HISTÓRIA FM, 2023). Ainda, o Shah lidava com um câncer em segredo. Dia 15 de janeiro de 1979, o Shah Reza Pahlevi fugiu do país. Pode-se constatar nesse momento que a revolução foi bem-sucedida para os manifestantes.

O que a oposição queria era o fim do governo do Shah e nisso foi bem-sucedida. A dificuldade era definir o que viria após dele. 15 dias depois do exílio do monarca, Ruhollah Khomeini, um dos principais nomes da oposição religiosa, retorna ao Irã e concentra em si a

¹⁰ Do original: “Because of their outrage and consequent action upon seeing the forces of the Shah violate the interests of their family and kin, justice, and village harmony, women played a significant part in two major village shifts in the revolutionary process. First, the outrage of women at the injuring of pro-Khomeini people by pro-Shah forces on December 7 and 8, 1978, within the village and without good reason, was instrumental in bringing about the immediate shift in majority village opinion from pro-Shah, or at least acquiescence to the Shah's rule, to pro-revolution or pro-Khomeini. Second, women were the ones who initiated the regular, nightly demonstrations in Aliabad, beginning January 5, 1979”.

¹¹De acordo com Abrahamian (2008), a Revolução Iraniana uniu forças de grupos como os escritores, as mulheres, como é mostrado no decorrer dessa sessão, e os religiosos islâmicos, que estavam na liderança do movimento. A oposição se organizou a um nível irremediável para o Shah, e como apontado pelo The New York Times (apud ABRAHAMIAN, 2008, p. 161) “O governo é impotente para preservar a lei e a ordem por conta própria. Só poderia fazê-lo ficando de lado e permitindo que os líderes religiosos assumissem o comando. De certa forma, a oposição demonstrou que já existe um governo alternativo.”

necessidade de organizar a situação pós-revolução. Sua oposição é a única com um plano claro e objetivo para suceder a vida política do Irã: um governo voltado a crença islâmica. Por falta de outro grupo de oposição estar preparado para esse momento, Khomeini e os religiosos conseguem colocar em vigor seu novo governo: a República Islâmica do Irã, um Estado teocrático baseado no Islã.

A interpretação de Khomeini e dos ulemás do período quanto ao Islã é observada em toda política difundida pelo seu governo. Isso acontece porque um dos princípios da República Islâmica é que a religião e a política devem andar juntas. Assim, na estrutura do governo, o representante do Islã no poder tem o maior cargo do país, como será visto a seguir.

1.2.2 A estrutura do governo islâmico iraniano

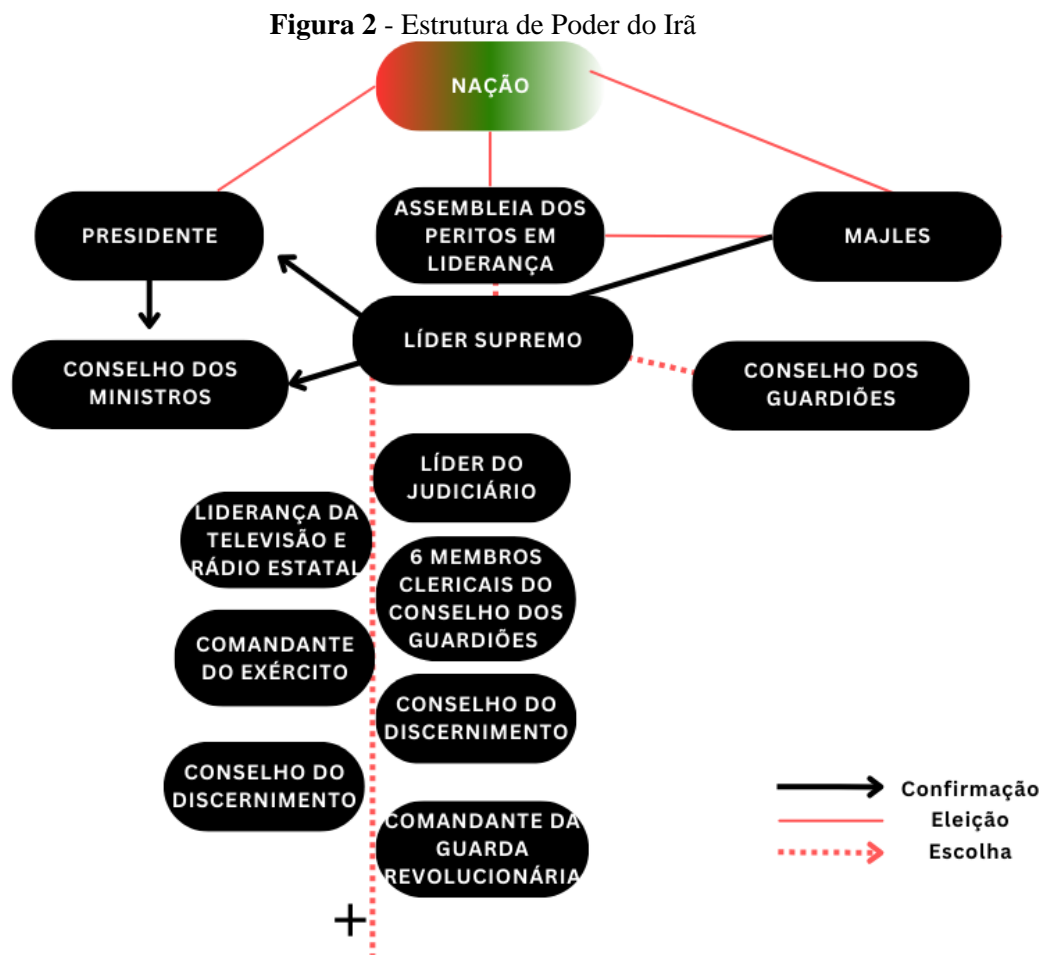
Ao se observar a estrutura de um país teocrático, deve-se buscar entender qual o lugar ocupado pelos religiosos nesse governo. O principal é o cargo de líder supremo, a autoridade política e religiosa máxima no país, que lidera de acordo com o princípio de *velayat-e faqid*, crença xiita de que o sucessor de Maomé, o único possível herdeiro legítimo da liderança mulçumana, retornará algum dia e na sua ausência, o governante deve ser um secular fiel ao Islã (KESHAVARZIAN; CHEHABI, 2018).

Keshavarzian e Chehabi (2018) ressaltam como a posição de líder supremo foi criada especialmente para Khomeini, que tinha influência popular e um alto cargo secular. Foi estipulado então que seus sucessores seriam nomeados pela Assembleia de Peritos em Liderança, composta por mais de 80 membros de alto escalão dos ulemás, que em tese são os únicos com capacidade de escolher e depor um líder supremo. O líder tem como responsabilidade apontar qual é a linha de conduta do governo na política interna e externa, além de apontar papéis de destaque do país, como o chefe do poder judiciário, o presidente da rede de TV e rádio do Estado iraniano e membros dos conselhos do governo (KESHAVARZIAN; CHEHABI, 2018).

Além dessa posição, existe o Conselho dos Guardiões da Constituição, cuja função é analisar se o caráter islâmico do Estado está sendo respeitado pelos seus governantes. O órgão é composto por seis membros dos ulemás apontados pelo líder supremo e seis advogados apontados pelo chefe do judiciário e aprovados pelo parlamento. Os autores indicam: “A compatibilidade das leis com o Islã é determinada apenas pelos seis membros dos ulemás; sua compatibilidade com a Constituição é determinada pelo conselho inteiro” (KESHAVARZIAN;

CHEHABI, 2018, p. 477). Outro órgão importante é o Conselho de Discernimento, que tem como intuito de resolver disputas entre o parlamento e o Conselho dos Guardiões. O conselho foi criado em 1988 e antes disso, a responsabilidade de arbitragem era de Khomeini, pois o impasse entre os órgãos causava uma séria dificuldade legislativa. O órgão é composto por 30 membros de possíveis diferentes cargos de alto escalão do Irã, todos aprovados pelo líder supremo.

Ainda, o parlamento, chamado de *Majlis*, tem 290 membros votados por sufrágio universal. 285 desses membros são muçulmanos, enquanto 5 são de outras religiões – 3 cristãos, 1 judeu e 1 do zoroastriano¹². Ele tem a função de criar as leis, sendo elas condizentes com os princípios do Islã e à constituição, mas os membros não são obrigatoriamente clérigos. Existem também mulheres no gabinete.



Fonte: KESHAVARZIAN; CHEHABI, 2018.

¹² Zoroastriano: “Zoroastrianism is one of the world’s oldest monotheistic religions, having originated in ancient Persia. It contains both monotheistic and dualistic elements, and many scholars believe Zoroastrianism influenced the belief systems of Judaism, Christianity, and Islam” (BRITANNICA, [s.d.]).

Por fim, o presidente, eleito por sufrágio popular, tem um mandato de 4 anos, deve ser necessariamente um homem e um Imã, seguindo premissa dos Doze Imãs, de que os que possuem graça para governar devem ser descendentes perdidos de Maomé, pois apenas eles seriam capacitados a interpretar com autoridade a Revelação Divina e a *Sunnah* profética (JAFRI, 1990, p. 121 apud ALVES, 2020, p. 273). Essa premissa deve ser analisada com base na religiosidade que o Estado almeja transpirar, fundamentando as decisões dos governantes como vontade divina. O presidente tem como função ser o chefe do executivo, exercendo esse poder no que não é cargo do líder supremo, como assinar leis propostas aprovadas pelo legislativo. Já o primeiro-ministro costumava ser o chefe do executivo, mas essa posição foi extinta da estrutura do governo em 1989 na revisão constitucional (KESHAVARZIAN; CHEHABI, 2018).

1.2.2 Sob o comando do Aiatolá Khomeini (1979-1989)

Para introduzir Khomeini, é importante lembrar que ele foi um dos opositores do voto das mulheres, do divórcio e das outras mudanças quanto ao direito do grupo durante o governo do Shah Reza Pahlavi. Ele alegou que mulheres que se casavam novamente após o divórcio “ilegal” eram adúlteras e sua união era ilegítima (OSANLOO, 2014, p. 241). Antes de se tornar líder supremo, era a liderança da oposição ao Shah e um importante nome dos ulemás, sendo um aiatolá, título honorário dado aos estudiosos xiitas capazes de interpretar a *shari'a* (COSTA, 2016).

A carga religiosa do corpo dos ulemás da época era voltada para a negação dos direitos individuais, como expõe Osanloo (2014). Um dos aiatolás mais respeitados era Morteza Mutahhari, que tinha a confiança de Khomeini. Mutahhari era muito influente no assunto “direito das mulheres”, tendo escrito diversos livros sobre o assunto e tendo sido continuamente publicado na revista iraniana *Zan-e ruz*, cuja tradução é “Mulher de hoje”, que difundia a visão islâmica do tópico para a grande massa no momento pré-revolucionário. Para o aiatolá, homens e mulheres tem obrigações, direitos e composições biológicas diferentes, e não se pode analisar a situação de uma perspectiva laica, pois a religião que estabelece as obrigações específicas para cada um dos gêneros. Khomeini concordava abertamente com as declarações de seu colega e dizia que o discurso de igualdade de gênero buscava diminuir a importância do Islã como a fonte primária para lei (OSANLOO, 2014). Ao mesmo tempo, Khomeini (1985 apud IRÃ,

2001, p. 24, tradução nossa) justificava a vontade das mulheres por liberdade de se vestir como uma tentação do diabo, incentivada pelo imperialismo:

Vocês devem se lembrar que o véu, o que o Islã tem prescrito para vocês, existe para proteger o seu status. O que Deus decretou para o homem ou para a mulher é para manter vivos os verdadeiros valores que eles possuem, valores que podem ser destruídos por insinuações ou mãos corruptas do imperialismo e seus agentes.¹³

Costa (2016) indica que, por mais que o aiatolá Khomeini tivesse reconhecido a importância da participação feminina na revolução, sua gratidão foi política. Com o estabelecimento da nova República, não demorou a suspender a Lei da Proteção Familiar, explicada acima, alegando que ela tinha preceitos não-Islâmicos. Ainda, demandou a reinstauração da ordem anterior a lei, sobre a premissa que ela sim condizia com a *shari'a* (MIR-HOSSEINI, 2002).

Para justificar religiosamente as decisões, a República utilizou uma figura histórica: Fátima, filha de Maomé. Fátima era vista como o modelo da muçulmana ideal e rebatia o modelo de mulher dito como imposto pelo Ocidente, como no simbólico momento em que seu aniversário deu para o Irã outro significado para o Dia Internacional da Mulher. Osanloo (2014) indica que Fatima permitia deslocar a narrativa do papel da mulher para a família, não comentando sobre inferioridade ou superioridade de algum gênero. Era a tentativa do Estado iraniano de fazer uma ponte entre o que era tradicional e o que era moderno.

É importante enfatizar que, apesar dessas posições oficialmente estabelecidas, houve resistência às tentativas, no final vitoriosas, de controlar a participação feminina na sociedade. O símbolo mais marcante dessa resistência é o *hijab*. Com o discurso do líder supremo, é fácil imaginar como esse grupo pode ter se sentido intimidado, tendo sua crença invalidada caso não estivessem usando o véu. Dezenas de milhares de iranianas, descobertas de qualquer véu, saíram às ruas da capital, Teerã, em 8 de março de 1979, Dia Internacional da Mulher, para protestar quanto a ideia da imposição, como pode-se ver na foto tirada pela fotógrafa iraniana Hengameh Golestan. Elas levavam uma lista de oito demandas, que incluíam o direito de escolha da vestimenta, direitos iguais aos homens, fim da discriminação institucionalizada e uma garantia de segurança dos direitos femininos. O slogan do protesto era “No amanhecer da

¹³ Do original: “You must remember that the veil, which Islam has prescribed for you is to protect your status. Whatever God has decreed for man or for woman is to keep alive the true values they possess, values that may be destroyed by the devil’s insinuations or at the corrupt hands of imperialism and its agents.”

liberdade, existe a ausência da liberdade¹⁴,” escreveu o *The New York Times*. Nas marchas, mulheres foram verbalmente e fisicamente atacadas por opositores de suas demandas, que acreditavam que elas estavam intoxicadas pelo imperialismo do Ocidente e que seu foco deveria ser suas famílias (OSANLOO, 2014).

Figura 3: O dia em que 100 mil mulheres protestaram contra o véu



Fonte: Rare Historical Pictures, 1979.

Não obstante a isso, em 1983 a cobertura feminina passou a ser obrigatória no Irã. Por uma nova lei aprovada pelo parlamento, todas as mulheres que aparecessem em público sem o *hijab* poderiam ser multadas, presas ou serem sentenciadas a 74 chibatadas, segundo Rastgoo (2018). Quando questionado sobre a obrigatoriedade do uso do véu existiria na República Islâmica, reprimindo o grupo que esteve ao seu lado durante a revolução, o aiatolá respondeu:

Em primeiro lugar, isso é algo que é escolha delas e elas têm escolhido isso para si mesmas. Que direito alguém tem de tirá-las a própria escolha? Se nós dissermos às pessoas para sair e demonstrar seu apoio para o vestuário Islâmico, seja o *chador* ou outra forma, da nossa população de 35 milhões, 33 milhões apareceriam. Que direito alguém tem de pará-los? Que tipo de ditadura é essa que você quer impor nas mulheres? Em segundo lugar, nós não dizemos que uma mulher tem que se vestir de uma forma específica. [...] Nós estamos preocupados principalmente com as mulheres mais jovens, que quando se arrumam, instigam multidões de jovens homens atrás delas. São essas mulheres que nós estamos parando. Elas não precisam de sua simpatia¹⁵ (KHOMENEI, 1978 apud IRÃ, 2001, p. 54, tradução nossa).

¹⁴ Do original: “In the dawn of freedom, there is an absence of freedom.”

¹⁵ Do original: “First of all, this is something that is their choice, and they have chosen it for themselves. What right do you have to deprive them of their choice? If we tell the people to come out and demonstrate their approval

Demandar o uso compulsório do *hijab*, dispensar mulheres de diversos tipos de emprego, como na área da mineração e da agricultura, e retirar o direito ao divórcio garantido pelo Shah foram grandes e rápidas mudanças dentro do governo. Conforme aponta Osanloo (2020, tradução nossa), a cobertura obrigatória do corpo das mulheres iranianas tinha um objetivo claro tal como as outras decisões: “[A cobertura obrigatória] teria um propósito político também, como símbolos externos de que o Irã havia mudado¹⁶.” A medida também tinha um valor simbólico ainda maior quando se leva em consideração a proibição do véu durante o governo do primeiro Shah da dinastia Pahlevi, que foi mencionado anteriormente. Assim como o Shah proibiu o uso do véu como uma tentativa de contornar a ideia de um Irã majoritariamente islâmico, esse era o intuito do aiatolá Khomeini.

Em 1987, uma nova preocupação tomou conta das mulheres do Irã: o uso “errôneo” do *hijab*, também referido como “*hijab* ruim”, ou seja, ter meras mechas de cabelo à mostra durante o uso da cobertura. A prática passou a ser repreendida intensamente. O público dessa prática era jovens estudantes, que não haviam sofrido do chocante impacto opressivo da compulsão à vestimenta. De acordo com Mir-Hosseini (2002), a Associação das Mulheres da República Islâmica ficou abismada com a nova “moda” e estabeleceu uma Comissão do *Hijab*, decidindo nesse encontro fazer uma pesquisa sobre como a cultura ocidental poderia invadir uma nação. Além dessas, surgiram outras pesquisas do governo buscando entender o que levava algumas mulheres a se negarem a usar o *hijab*, tratando a situação como um problema sociocultural pela primeira vez.

1.2.3 Sob o comando do aiatolá Ali Khamenei

Em 1989, o aiatolá Khomeini morreu e a Assembleia de Peritos em Liderança nomeou como seu sucessor o então presidente Ali Khamenei. O novo líder supremo era politicamente experiente, tendo sido uma voz importante da oposição na Revolução Iraniana e servido como presidente desde 1981 (ANDRABI, 2019). Entretanto não era um aiatolá e se tornou um apenas com sua ascensão a líder supremo, cuidadosamente orquestrada para permitir um religioso de

for Islamic dress, whether the chador or some other form, out of our population of 35 million, 33 million would come out. What right do you have to stop them? What kind of dictatorship is this you want to impose on the women? Secondly, we do not say a woman has to wear a specific type of dress. [...] We are concerned mainly with the younger women who when they make up and dress up draw hordes of young men after them. It is these women we are stopping. They don't need your sympathy.”

¹⁶ Do original: “[It] would serve a political purpose, too, as outward symbols that Iran had changed.”

nível médio subir ao cargo. Diferente da liderança de Khomeini, que havia sido constante em sua posição quanto às mulheres, os anos de Khamenei como líder supremo tiveram entre si vitórias e retrocessos para o grupo.

O aiatolá deixou bem claro ao longo de sua vida política que acredita na distinção entre homens e mulheres, tanto na vida cotidiana, quanto no trabalho e na vida sexual:

Um dos maiores erros do pensamento ocidental quanto as questões das mulheres é essa igualdade de gênero... Por que as mulheres deveriam ser responsáveis por tarefas masculinas? Que tipo de honra existe em ter mulheres responsáveis por tarefas masculinas? Eu sinto muito que as vezes as próprias mulheres e senhoras mostram sensibilidade quanto a essa questão.¹⁷ (KHAMENEI apud HANNA, 2020, tradução nossa).

Khamenei afirmou que o Islã não proíbe que as mulheres engajem na vida econômica e social, mas não recomenda que a elas sejam impostas as responsabilidades de trabalhos duros. Ou seja, preferencialmente, a responsabilidade da mulher é com sua família. Não deve ser imposto a ela trabalhar fora de casa para sustentá-la, fazendo-o apenas por vontade quando não falta nada em sua casa.

No início dos anos 2000, durante o governo do presidente reformista Mohammad Khatami, o parlamento tentou passar leis de cunho progressista quanto aos direitos e status social das mulheres, como uma que permitia que, em casos em que a justiça devesse organizar a guarda dos filhos de um casal divorciado, uma mãe divorciada tivesse direito a guarda dos filhos de ambos os sexos até os 7 anos de idade, ao invés de 2 anos de idade para os meninos na lei em vigor (MOHAMMADI, 2007). Ainda que alguns religiosos tivessem sido convencidos, o Conselho dos Guardiões vetou os projetos continuamente, sob a alegação de serem contra os decretos do líder supremo, por confrontar as rotinas dos afetados e por ser direcionado a fraqueza dos afetados, como indica Mohammadi (2007).

Ainda assim, outros passos para os direitos das mulheres foram dados. O Conselho de Discernimento aprovou uma lei que aumentava a idade mínima para o casamento, indo de 9 para 13 anos para meninas e de 14 para 15 para meninos, e seria necessária a aprovação dos pais para se casar com uma criança de idade inferior. Ainda, o número de mulheres escolarizadas crescia ainda mais do que o de homens. ONGs voltadas ao grupo cresciam em número e em participação. Mulheres também estavam presentes em cargos do governo, com

¹⁷ Do original: “One of the greatest mistakes of western thoughts about the issues of women is this sexual equality... Why should women be entrusted with carrying out male tasks? What kind of honor is to have women carry out male tasks? I am sorry that sometimes women and ladies themselves show sensitivity over this issue.”

781 mulheres eleitas para cargos municipais em todo o país. Mohammadi (2007, p. 16, tradução nossa) aponta ainda que em média de mil mulheres ocuparam cargos no executivo nos primeiros anos de governo do presidente Khatami. Por suas representantes, o grupo conseguiu revogar leis familiares que viam como injustas.

Três mulheres foram nomeadas como conselheiras do presidente, 16 mulheres como conselheiras de ministros, 105 mulheres como diretoras gerais ou vice diretoras em dois terços dos ministérios e uma mulher foi nomeada como vice presidente e outra como vice-ministra do Ministério da Cultura e Orientação Islâmica. O debate sobre a ausência de mulheres em postos de alto escalão sempre foi parte da agenda de mulheres parlamentares¹⁸.

Por mais que houvesse mudanças acontecendo, há via barreiras para que algumas mais impactantes entrassem em vigor, e essas eram a “perspectiva e leitura limitada da *shari’a*” (MOHAMMADI, 2007). Isso não desmotivava o grupo de mulheres em ascensão, que negavam usar o *chador*, o que era esperado para cargos oficiais.

Durante a presidência de Mahmoud Ahmadinejad (2005–2013), o governo não estava interessado em ser aliado da conquista dos direitos femininos – pelo contrário. Ahmadinejad cogitou a ideia de um uniforme obrigatório para as iranianas, acreditando que seria mais fácil do que impor o *hijab*, e legalizou a poligamia, além de ter analisado mudar a Lei da Proteção Familiar (ESFANDIARI, 2013).

Foi também durante o mandato de Ahmadinejad que surgiu oficialmente a apelidada “Polícia da Moralidade”, oficialmente intitulada Patrulha de Orientação¹⁹ (tradução nossa). A organização existe de variadas formas desde o estabelecimento do regime, mas sua versão atual foi institucionalizada em 2006 (TIME, 2023). A patrulha tem como um de seus principais intuítos deter mulheres por vestimentas inadequadas quanto aos preceitos islâmicos (REUTERS, 2016).

Em 2006, em resposta aos atos de Ahmadinejad, 54 ativistas iranianas começaram a Campanha de 1 Milhão de Assinaturas, que buscava reformar todas as leis civis, criminais e da família que levavam a discriminação das mulheres.

As reformas propostas incluem direitos matrimoniais igualitários para as mulheres: o direito do divórcio, abolição da poligamia e casamentos temporários, o direito das mulheres de passarem sua nacionalidade para seus

¹⁸Do original: “Three women were appointed as the President's advisors, 16 women as advisors to ministers, 105 women as Directors General or Deputy Directors in two thirds of ministries, and one woman has been appointed Vice President and another as the Deputy Minister of Guidance and Islamic Culture. Debate about the absence of women in top-level posts has always been part of the female MPs’ agenda.”

¹⁹Do original: “Gasht-e Ershad.”

filhos, igualdade de gênero, [...] compensação por ferimentos corporais ou morte pelas mãos de um esposo, direitos iguais de herança, leis mais rigorosas para deter assassinatos pela honra e importância igual em testemunhos dados por mulheres em tribunais²⁰ (PEYGHAMBARZADEH, 2015; REZAEI, 2015 apud POURMOKHTARI, 2022, p. 9, tradução nossa).

A campanha foi bem-sucedida em expandir entre as iranianas o sentimento de insatisfação com a experiências compartilhadas. De acordo com a autora, as encarregadas da campanha conversavam em locais públicos e privados com pequenos grupos sobre as leis patriarcais e encorajavam-nos a assinar a petição, caso fosse seguro. As ativistas muitas vezes criavam “cenas” para convencer os grupos, como agindo como esposas do mesmo marido que se sentiam oprimidas pelas leis poligâmicas.

Entretanto, a campanha foi perseguida por autoridades desde sua criação, pela participação de ativistas que buscavam provocá-las. De acordo com Mirza (2019), as demandas da campanha eram vistas como ameaças, o que fez sua cerimônia de inauguração sofrer interferência das autoridades e ser cancelada de última hora. Somada a perseguição às disputas internas entre as encarregadas, que existiam principalmente pela pluralidade de ideias dos diversos grupos de mulheres que faziam parte da campanha, o movimento não conseguiu se manter (MIRZA, 2019). A autora ainda mostra que mais de 50 ativistas foram presas exclusivamente pelo seu envolvimento na campanha e outras tiveram seus passaportes confiscados e foram proibidas de estudar.

Em 2012, 36 universidades no país impediram mulheres de estudar em 77 áreas de estudo. Essa medida foi aprovada pelo presidente e seu ministro da Ciência, Pesquisa e Tecnologia. O presidente também cortou uma verba significativa do programa de planejamento familiar nacional, que era conhecido como um dos mais bem-sucedidos do mundo (ESFANDIARI, 2013). De acordo com a autora, essa medida tinha o objetivo de reverter a vitória do programa de ter limitado o tamanho das famílias para que mulheres pudessem passar menos tempo em casa.

Em 2016, já na presidência de Hassan Rohani (2013–2021), a resistência feminina começou a se expressar por uma prática tradicionalmente restrita aos homens: o ciclismo. As mulheres começaram a ocupar em massa espaços públicos andando de bicicleta, o que trouxe preocupação para as autoridades políticas e os líderes religiosos, que viam a prática como uma

²⁰Do original: “The proposed reforms included equal marital rights for women, e.g., the right to divorce spouses; the abolition of polygamy and temporary marriages; the right of women to pass their nationality onto their children; gender equality with respect to dieh, i.e., compensation for bodily injury or death at the hands of a spouse; equal inheritance rights; more stringent laws to deter honour killings; and equal weight given to testimony provided by women in courts of law”

afronta direta ao patriarcado, de acordo com Pourmokhtari (2022, tradução nossa). “Então aconteceu que esse ato simples e cotidiano enviaria ondas de choque por todo o sistema governamental²¹”, indica a autora. O incômodo chegou a um ponto que o aiatolá Khamenei declarou uma *fatwa*, ou seja, um decreto religioso declarando a prática ilegal. Mesmo assim, o número de ciclistas aumentava intensamente, o que colocou o governo em um dilema:

Por um lado, deter e encarcerar diariamente dezenas de mulheres ciclistas permitiria a Teerã manter o controle das ruas e de outros domínios públicos, e em particular das grandes praças, o principal *locus* da revolução no MENA, mas o custo era o de transformar espaços públicos em zonas militarizadas, perturbando assim o fluxo da vida cotidiana – algo que nenhum governo se poderia permitir fazer durante um longo período de tempo sem transformar esses espaços em zonas operacionais militares. Ao mesmo tempo, ignorar ou mesmo relaxar as regras e normas de conduta pública só levaria a novas exigências de mudança social e política²² (POURMOKHTARI, 2022, p. 3, tradução nossa).

Por fim, o governo decidiu ceder e a autora retrata como é comum ver mulheres andando de bicicleta em Teerã, desafiando as normas. O uso do espaço público como local de resistência é indicado pela autora como relevante, pelo quanto as práticas do dia a dia são politizadas nesses espaços. Pode-se compreender o ciclismo feminino como uma prática que foi normalizada ao ocorrer rotineiramente nesses espaços. A autora usa como exemplo também a presença das mulheres em universidades, pois em 2007, o número de estudantes mulheres superou a de homens, com uma a proporção de alunas 32% em 1983 para 62%, tornando-se a maioria. Pourmokhtari (2022) analisa que essas práticas diárias de resistência aumentaram significativamente no governo do presidente Khatami.

Por último, o tópico do véu apareceu em diversos momentos durante a liderança de Khamenei. A cobertura continuou sendo obrigatória sob as ordens do segundo líder supremo, porém o discurso era ainda mais tradicionalista do que o proferido por Khomeini:

Na antiga Pérsia, as esposas dos aristocratas e funcionários sêniores usavam o *hijab*. Mas nem todas as esposas das pessoas comuns usavam *hijab* e não havia obrigação de fazê-lo. Então o Islã interveio e aboliu todas estas discriminações

²¹ Do original: “So it came to pass that this simple, everyday act would send shockwaves through the entire governmental system.”

²² Do original: “On one hand, arresting and imprisoning scores of women cyclists on an everyday basis would enable Tehran to maintain control of the streets and other public domains, and in particular the great squares, that primary locus of revolution in MENA, but at the cost of turning public spaces into militarized zones, and thereby disrupting the flow of daily life—something no government could afford to do for any extended period of time without turning such spaces into military operational zones. At the same time, ignoring or even relaxing the rules and norms of public conduct would only lead to further demands for social and political change.”

e disse que as mulheres devem usar o *hijab*. Isso significava que o direito de usar o *hijab* era para todas as mulheres. Essa foi uma visão islâmica [que provocou esta mudança]. Agora [os ocidentais] acusam-nos de violar os direitos das mulheres. São eles que têm de ser condenados... Falam dos direitos das mulheres e queixam-se de que impusemos o *hijab* às mulheres. Eles próprios transformaram a falta do *hijab* numa lei e impuseram-no às mulheres. Eles impedem que estudantes do sexo feminino entrem na universidade só porque usam lenço na cabeça. Ainda assim, condenam-nos por termos tornado o *hijab* obrigatório. As nossas leis são todas tentativas que fizemos para preservar a honra das mulheres, mas as suas leis existem para desrespeitar as mulheres²³ (KHAMENEI, 2010 apud HANNA, 2020, tradução nossa).

O artigo 638 do atual Código Penal iraniano, que regula o uso do *hijab*, deixa bem claro a realidade:

Qualquer pessoa que explicitamente cometa um tabu religioso em público, além de ser punida pelo ato também deve ser presa por 10 dias a dois meses ou deve ser açoitado (74 chibatadas). Nota – mulheres que aparecem em público sem um *hijab* apropriado devem ser presas de 10 dias a dois meses ou pagar uma multa de 50.000 a 500.000 Rial²⁴ (IMMIGRATION AND REFUGEE BOARD OF CANADA, 2020, tradução nossa).

A liderança do aiatolá é marcada por movimentos de resistência. Houve três movimentos principais que uniram ativistas, mulheres e homens de todo o mundo para protestar quanto a obrigatoriedade do *hijab*: O movimento “Quartas de Branco” em 2017, os protestos das Garotas da Rua da Revolução em 2018 e os protestos “Mulher, vida, liberdade” em 2022. O impacto desses protestos foi internacional e isso ocorreu principalmente por causa da repercussão das falas das ativistas iranianas nas redes sociais, que é o ponto principal do próximo capítulo.

²³ Do original: “In ancient Persia, the wives of aristocrats and senior officials used to wear hijab. But the wives of ordinary people did not all wear hijab, and there was no obligation to do so. Then Islam stepped in and abolished all these discriminations and said that women must wear hijab. It meant that the right to wear hijab was for all women. That was an Islamic view [that brought about this change]. Now [Westerners] accuse us of violating women's rights. They are the ones who have to be condemned.... They talk about women's rights and complain that we have imposed hijab on women. They themselves have turned the lack of hijab into a law and imposed it on women. They prevent female students from entering the university just because they are wearing a head scarf. Still, they condemn us for having made hijab obligatory. Our laws are all attempts that we have made to preserve women's honor, but their laws are there to disrespect women.”

²⁴Do original: “Anyone who explicitly violates any religious taboo in public beside being punished for the act should also be imprisoned from ten days to two months, or should be flogged (74 lashes). Note - women who appear in public without a proper hijab should be imprisoned from ten days to two months or pay a fine of 50,000 to 500,000 Ryal.”

2 ATIVISMO INTERNACIONAL, REDES SOCIAIS E A QUESTÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES NO IRÃ

No capítulo anterior, analisou-se como a realidade atual dos direitos das mulheres iranianas foi construída e os movimentos favoráveis e de oposição, levando-se em consideração o aspecto conservador da República Islâmica do Irã. Neste capítulo, o foco é prosseguir com o estudo dessa realidade, agora pelo aspecto do ativismo internacional. Busca-se problematizar se há uma distinção no discurso das ativistas da causa que são residentes do país e as que residem em países ocidentais. Ainda, busca-se observar a dinâmica crescente no ativismo internacional que utiliza as redes sociais para a difusão das causas na esfera das ativistas que lutam pelos direitos das mulheres no Irã.

Com o advento da internet, a comunicação se adaptou para existir no ambiente virtual. De acordo com Kaplan e Haenlein (2010), o termo *Web 2.0* define uma nova forma em que os desenvolvedores começaram a utilizar a *World Wide Web*: como uma plataforma onde conteúdo e aplicativos não são mais criados e publicados por indivíduos, mas sim são continuamente modificados por todos os usuários de forma colaborativa e participativa. Dito isso, o amadurecimento da *Web 2.0* é o termo “Rede social”, adicionando a importância dos perfis sociais em sua definição.

O uso rotineiro das redes sociais trás para a realidade dos indivíduos uma quantidade intensa de informações, que são filtradas de acordo com seu interesse, porém estão ali para serem recebidas. Como indagado por Medeiros (2013, p. 28), existem várias informações que não chegariam ao público se não fosse pela acessibilidade garantida pelas redes sociais: “[...] atores que, caso não existissem os dispositivos interacionais e tecnológicos para debate e opinião pública, provavelmente estariam à margem da possibilidade de tratar sobre processos deliberativos”.

Essa tangibilidade da informação pelas redes sociais traz um novo momento para o ativismo internacional, que tem a oportunidade de ser visto por um novo público.

Com a tendência do surgimento de novas ferramentas que ampliaram do caráter interativo da web, o ciberativismo se apropria de blogs e sítios de mídias sociais. Tecnologias móveis facilitam as formas de organização de movimentos através da rede. Porém, ao mesmo tempo, estas ações são imersas em mais mecanismos de controle, que podem ser suplantados por tecnologias do anonimato (ARAUJO et al, 2012, p. 13 apud ALCÂNTARA, 2015, p. 77).

No que diz respeito ao Irã e aos direitos das mulheres, essa dinâmica já foi usada diversas vezes, começando oficialmente pela Campanha de 1 Milhão de Assinaturas, citada anteriormente, que por mais que não tenha sido bem-sucedida em seus objetivos, difundiu a ideia de um movimento digital entre as ativistas iranianas.

Não obstante, busca-se analisar se existe diferença no discurso entre ativistas que residem no Irã e as que estão em exílio. Afinal, um dos maiores argumentos citados pelos aiatolás que se opõem às causas levantadas pelas defensoras dos direitos das mulheres é o perigo da “ocidentalização”. O ativismo internacional traz uma pergunta para o debate: quando se observa a realidade iraniana, é possível se posicionar sem uma atitude de superioridade – respeitando as diferenças entre as culturas?

2.1 ATIVISMO INTERNACIONAL

Vieira (2016, p. 89) define o ativismo como “Postura pró-ativa de indivíduos que agem conjuntamente e sistemicamente em prol de uma causa”, seja através de ações pontuais ou de um movimento coletivo estruturado. A autora expõe como o ativismo pode ser relevante independentemente da dimensão da atividade. O mais importante é a “cumplicidade” entre os militantes.

Ativismo é essencialmente algo feito junto por muitas pessoas, mas nós devemos ser cautelosos com o significado de grupo e coletivo que é empregado aqui. O que é essencial para o ativismo é simplesmente não ser mais do que um, como nós somos em um cinema, mas um **senso de solidariedade na busca por transgressão**. Deve ter um senso de identidade compartilhada, que possa ser compreendido melhor nesse momento como pessoas reconhecendo umas às outras: **a raiva, o medo, a esperança ou outras emoções** que eles sentem sobre uma transgressão.²⁵ (JORDAN, 2012 apud VIEIRA, 2016, p. 90, tradução nossa)

No âmbito dos direitos das mulheres, pode-se perceber com facilidade que a cumplicidade do grupo com a causa se constata como um importante aspecto para a luta. O movimento sufragista brasileiro, por exemplo, teve seu melhor momento entre as décadas de 1910 e 1930 quando a causa se expandiu para outros espaços, como com a criação do Partido

²⁵ Do original: “Activism is essentially something done together by many people, but we must be careful with the sense of group or collective that is employed here. What is essential to activism is not simply being more than one, as we are in a cinema, but a sense of solidarity in pursuit of transgression. There has to be a sense of shared identity, which can best be understood at this stage as people recognizing in one another the anger, fear, hope or other emotions they feel about a transgression.”

Republicano Feminino, da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e o questionamento individual de várias mulheres com a justiça brasileira (MENUCCI, 2018).

De acordo com Jordan (2012), o ativismo também deve ser visto na ótica da ética. Para o autor, o ativismo tem como ferramenta a crença nas diferenças entre “Nós” e os “Outros”. Deve-se reconhecer a exploração brutal de um grupo, por exemplo, como algo causado por outro grupo. A ideia de diferença sendo algo que define um movimento também é importante na discussão de qual exploração é a “principal”, pois existem diferentes configurações de “Nós” e “Outros” e dinâmicas que as definem: “A procura para a forma mais básica de opressão que leva a existência de todas as outras é negada pelo ativismo! Não existe hierarquia de opressão”²⁶ (JORDAN, 2012, p. 145, tradução nossa).

2.1.1 O ativismo na era das redes sociais

O ativismo se moldou à realidade virtual, dando origem ao “ciberativismo”. O ciberativismo é compreendido como:

Toda estratégia que persegue a mudança da agenda pública, a inclusão de um novo tema na ordem do dia da grande discussão social, mediante a difusão de uma determinada mensagem e sua propagação através do “boca a boca” multiplicado pelos meios de comunicação e publicação eletrônica pessoal (UGARTE, 2008, p.55 apud ALCÂNTARA, 2015, p. 83).

Adotar essa estratégia em um movimento pode ser de grande valia, pois a manifestação pública pode ser difundida dentro de diversos nichos. Essa difusão pode arrematar novos adeptos à causa, além de espalhar as informações entre os manifestantes, tanto sobre seus encontros quanto informações para fomentar ainda mais a perseguição de uma mudança, fomentando as emoções dos adeptos.

É importante a construção de uma narrativa nesse momento. De acordo com Alcântara (2015), o ciberativismo pode ser dividido em dois modelos: a campanha e o *swarming*. A autora sumariza que no primeiro modelo se escolhe um tema, um inimigo e as táticas para viabilizar a ideia, focado no debate, enquanto no segundo é focado na reação a uma situação traumática, então inicia-se um debate mais quente, com etapas de deliberação e que buscam desenvolver um novo consenso social, também conhecido como ciberturba: “a culminância na mobilização de rua de um processo de discussão social, levado a cabo por meios eletrônicos de comunicação

²⁶ Do original: “The search for the most basic form of oppression, from which all others derive is refused within activism! There is no hierarchy of oppression”

e publicações pessoais, na qual deixa de existir a divisão entre ciberativistas e mobilizados” (UGARTE, 2008, p. 47 apud ALCÂNTARA, 2015, p. 85). A autora indica como o conceito de ciberturba também é referido como multidões inteligentes, ou *smart mobs*, cunhado por Howard Rheingol, em 2002. Essas multidões seriam compostas de pessoas estranhas entre si e se reuniriam pela ação das redes sociais em nome de uma causa e logo após a manifestação, se dispersariam novamente.

As redes sociais tiveram um papel importante nos movimentos a favor da desintegração dos regimes autoritários na Tunísia e no Egito, por exemplo. Sobre o Egito, Stepanova (2011) trata como a desigualdade sociopolítica predominante no país foi apontada nas redes sociais e levada para as ruas na forma de protestos. Por outro lado, a reação dos governos ameaçados foi usar as redes sociais para encontrar e reprimir os opositores, além de usá-las para a disseminação de propaganda positiva. Enquanto o governo da Tunísia bloqueou certos sites que coordenavam ações dos movimentos, a resposta do governo egípcio foi qualitativamente mais dura, sem precedentes na história da Internet. Tendo primeiro bloqueado o *Twitter*, atual *X*, e o *Facebook*, as autoridades egípcias passaram a ordenar todos os principais provedores de telecomunicações para bloquear o acesso à Internet.

O ativismo tem se expandido progressivamente no virtual, que é um ambiente em tese favorável à difusão de novas informações. O *X*²⁷, por exemplo, é uma rede social onde o incentivo ao engajamento político é fomentado pelos usuários. Para Koc-Michalska et al (2019), o *X* é um local interessante para discussões, pois não requer que dois usuários estejam conectados de forma mútua para comunicarem entre si, induzindo conversas com estranhos, independentemente de suas opiniões. Não é errado assumir que o público do *X* é um que prefere estar engajado, mas existe um nicho de ativistas que fazem isso de forma a reivindicar o direito de que os foi suprimido pela censura em seus países natais. Um exemplo claro dessa realidade são as ativistas iranianas que serão estudadas mais adiante.

2.2 USO DA INTERNET E DISSIDÊNCIA NO IRÃ ISLÂMICO

De acordo com Faris e Rahimi (2015), o Irã atual é multifacetado e conectado internamente e existe um impacto das redes sociais nessa realidade. Com as redes, iranianos de

²⁷ A rede social *X*, antigo *Twitter*, passou por severas mudanças após a aquisição pelo empresário Elon Musk, levantando debates quanto a liberdade de expressão na plataforma. É necessária uma análise mais densa do tema para tratar de tais discussões no âmbito do ativismo, porém ultrapassa o objetivo deste trabalho.

diferentes regiões, culturas, classes e histórias se encontram e criam capital social — uma rede densa de relações sociais baseada em ideias e práticas de confiança e apoio. Dessa forma, os usuários iranianos se sentiram, em várias situações, confortáveis para protestarem tanto de forma online, quanto de forma presencial, pelo impacto que as redes tiveram em sua realidade. Esse conforto é percebido em outros países cujo impacto nas redes foi ainda maior na política nacional.

No Irã, as redes sociais foram essenciais, por exemplo, nos protestos do Movimento Verde em 2009. O Movimento Verde foi uma onda de protestos ocorridos que alegaram que a as eleições presidenciais de 2009, que apontavam que Mahmoud Ahmadinejad tinha sido bem-sucedido em conseguir um segundo mandato, haviam sido fraudadas. O movimento foi muitas vezes referido como a "Revolução do *Twitter*" e durante seus primeiros meses, apontava que uma revolução no Irã era possível. O até então *Twitter* era usado pela revolução como uma ferramenta, algo que era novidade nos movimentos sociais iranianos até então:

[O *Twitter*] permitiu que organizadores e ativistas se comunicassem entre si sem serem detectados... Eles permitiram que organizadores quebrassem a censura que o regime iraniano implementou depois que os jornalistas estrangeiros foram expulsos²⁸ (Nadar Hashemi em uma entrevista para o autor via email apud TUSA, 2013, p. 2, tradução nossa).

Tusa (2013) demonstra como o caso iraniano prova que a habilidade dos manifestantes de lutar contra a censura instituída pelo Estado é fundamental para o protesto moderno. O artigo também demonstrou que a organização online deve atuar como um complemento para os métodos tradicionais de protesto. No contexto do movimento, os iranianos usaram as plataformas como ferramenta organizacional.

Ao mesmo tempo, o governo iraniano tem seu próprio relacionamento com as redes sociais. Após a mobilização virtual dos manifestantes da Revolução Verde, o líder supremo Khamenei disse que a prioridade principal do país era lutar a “guerra branda”, ou seja, as tentativas da mídia de enfraquecer a credibilidade estatal (AHKHAVAN, 2015). Ahkhavan (2015) observa que o governo iraniano tem tanto uma abordagem repressiva, quanto uma abordagem proativa quanto à administração dessas mídias. O autor demonstra como existe uma tentativa de controlar o conteúdo virtual postado por terceiros, enquanto produz conteúdo que faça uma propaganda amigável da República Islâmica. Uma das formas para a execução da

²⁸ Do original: “[Twitter] allowed organizers and activists to communicate among themselves without being detected...they allowed organizers to break the information blockade that the Iranian regime had implemented after the foreign journalists were kicked out.”

primeira é a polícia cibernética do Irã, chamada Polícia para a Esfera da Produção e Troca de Informações²⁹. tem como objetivo salvaguardar o bem-estar social, moral e econômico da população iraniana. O órgão prendeu diversos usuários do Facebook acusados de espalhar corrupção e obscenidades (AHKHAVAN, 2015).

Além da vigilância virtual, as autoridades iranianas buscaram alternativas para redes sociais. A plataforma *Hadinet.ir* foi descrita como a primeira rede social dedicada aos Imãs e foi patrocinada pelo Ministério da Cultura e Orientação Islâmica. Outras redes sociais voltadas a participação de religiosos e pessoas a favor do Estado foram criadas, como *Haya* e *Khakriz* (AHKHAVAN, 2015). O *website* para a Organização de Mulheres da Revolução Islâmica, por exemplo, uma organização governamental do Irã, se descreve como uma rede social, e a participação depende na concordância com “uma lista de condições governando seu discurso e comportamento on-line³⁰” (AHKHAVAN, 2015, p. 219, tradução nossa).

Akhavan (2015) ainda observa como a “produção de conteúdo” era incentivada nessas redes sociais estatais:

Inúmeros fóruns têm sido dedicados a definir e incentivar formas adequadas de produção de conteúdo. A essência destas discussões é que a produção do tipo e do volume correto de conteúdo aumentará a popularidade dos sites de redes sociais iranianos, permitindo-lhes, por sua vez, competir com serviços como o *Facebook* e o *Twitter*.³¹ (AHKHAVAN, 2015, p. 220, tradução nossa).

Mesmo assim, as redes sociais não-estatais continuaram prevalecendo. Gheytonchi (2015) mostra que a comunicação entre as iranianas nessas redes foi importante para a difusão de novas realidades:

A emergência da esfera *online* – *blogs* e páginas do *Facebook* nos anos recentes têm permitido mulheres de diferentes origens que não poderiam ter se mobilizado presencialmente que se conheçam virtualmente, compartilhem ideias, desafiem os papéis de gênero existentes e assim, se tornassem ameaças internas para o estado islâmico³² (GHEYTANCHI, 2015, p. 42, tradução nossa).

²⁹Do original: The Police for the Sphere of the Production and Exchange of Information.

³⁰Do original: “A list of conditions governing their speech and behavior online.”

³¹ Do original: “Numerous forums have been devoted to defining and encouraging proper forms of content production. The gist of these discussions is that producing the right kind and volume of content will bolster the popularity of Iranian social-networking sites, in turn allowing them to compete with services like Facebook and Twitter.”

³² Do original: “The emergence of online sphere—blogs and Facebook pages in recent years have allowed women of different backgrounds who could not have mobilized on the ground to meet online, share ideas, challenge the existing gender roles, and thereby pose an internal threat to the Islamic state.”

A “emergência da esfera virtual”, como mencionada pela autora, levou as mulheres a se encontrarem nesse espaço, o que eles se referem como “o calcanhar de Aquiles da República Islâmica do Irã”. Essa definição vem da ideia de que a internet e a cultura da comunicação em massa possibilitam a difusão de ideias que são tabus ou até censuradas em algum país. Dessa forma, mesmo que o intuito primário do uso das redes sociais pelos ativistas iranianos tenha sido de organização, a internet permite o acesso de novas informações, o que pode ter como consequência a formação de novas opiniões.

Apresenta-se então o papel das ativistas da causa dos direitos das mulheres no Irã que tem usado as redes sociais de ambas as formas: tanto para propagar as informações entre as manifestantes, quanto para conquistar novas pessoas para lutar pela causa.

2.3 A ATUAÇÃO DAS ATIVISTAS

Para entender como as ativistas iranianas retratam os direitos das mulheres nos países em que vivem, através das redes sociais, esta seção divide a atuação das ativistas em duas: a atuação *off-line* e a atuação *on-line*. A primeira indica o que acontece de maneira orgânica e física, sem a interferência direta das redes sociais. As ativistas nessa categoria utilizam da mídia física, como a comunicação verbal e livros, para difundir seus ideais. A segunda indica o uso do ciberativismo na atuação das ativistas, sendo ele possível pela divulgação de seu trabalho por si ou por terceiros em alguma das diversas redes sociais, mas dando-se destaque ao *Facebook*, popular no país desde 2008, e o *X*, que é uma constante ferramenta para a difusão de ideais no mundo desde meados de 2010. Dentro dessas seções, analisa-se as contribuições e os movimentos que as instigaram. Ao final, é importante perceber que o ambiente das redes sociais aborcou de certa forma as ideias geradas a partir da atuação *off-line*.

2.3.1 Fora das redes sociais – autoras

Simin Behbahani (1927-2014) foi uma poetisa, escritora e ativista iraniana indicada duas vezes ao Prêmio Nobel da Literatura. Durante sua longa vida, ela vivenciou os governos de ambos os monarcas Pahlavi e dos aiatolás. Ou seja, viveu as mais intensas mudanças políticas do Irã contemporâneo. Isso é demonstrado de forma clara nos seus poemas. Milani (2008) observa que Behbahani retratava o Irã a um “nível de rua”, ou seja, de forma pessoal e

rotineira. “Ela narrou as esperanças e desilusões, as aspirações e ansiedades do povo iraniano”³³ (MILANI, 2008, p. 3). Ela é conhecida no país como “leoa do Irã.”

Behbahani acreditava que reagir à violência com mais violência era futilidade, então utilizava de sua criatividade como arma. Milani (2008) demonstra como a poeta usou sua escrita para expor imagens de beleza e de horror passadas em seu país, além da variedade de dificuldades que os direitos humanos sofrem em solo iraniano. Em 2006, o jornal *The Washington Post* se referiu à autora como uma voz que “acalma as feridas dos iranianos feridos por uma revolução que diminuiu seus direitos e falhou em entregar justiça social³⁴.” Mesmo assim, ela dizia que não tinha medo:

Não pretendo derrubar nenhum governo. Não sou guerrilheira ou terrorista. Eu sou o tipo de pessoa que diz a verdade como ela a vê. Também não fico nem um pouco assustada pela República Islâmica. Se quiserem cortar minha língua ou me cegar, podem fazê-lo³⁵ (Simin Behbahani em entrevista para GOZAAR, 2006 apud MILANI, 2008).

O poema “Nossas lágrimas são doces”, por exemplo, é um desabafo da autora quanto ao regime estabelecido após a Revolução Iraniana. Nele, ela diz:

Nossas lágrimas são doces, nossas risadas venenosas.
Ficamos satisfeitos quando estamos tristes e tristes quando estamos satisfeitos.
Lavamos uma mão com sangue, a outra lavamos o sangue.
Choramos enquanto rimos da futilidade de ambos os atos.
Oito anos se passaram, não descobrimos o seu significado.
Temos sido como crianças, além de qualquer conta ou contabilidade.
Quebramos cada talo, como um vento selvagem no jardim.
Limpamos os candelabros da videira.
E se encontrássemos uma árvore, ainda de pé, desafiadoramente,
cortamos seus galhos, arrancamos pela raiz.
Desejávamos uma guerra, ela nos trouxe miséria,
agora, arrependidos, desejamos a paz.
Tiramos asas e cabeças dos corpos,
agora, em busca da cura, estamos ocupados enxertando.
Será que ganhará vida, será que voará,
a cabeça que colocamos, a asa que costuramos?³⁶ (BEHBAHANI, 1999 apud POETRY AT SANGAM [s.d.], tradução nossa).

³³Do original: “She has chronicled the hopes and disillusionments, the aspirations and anxieties of the Iranian people.”

³⁴Do original: “Soothing the wounds of Iranians betrayed by a revolution that has curtailed their rights and failed to deliver social justice.”

³⁵Do original: “I am not out to overthrow any government. Nor am I a guerilla or a terrorist. I am the kind of person who tells the truth as she sees it. I am not scared, in the least bit, by the Islamic Republic either. If They wish to cut off my tongue or blind me, they are welcome to do so.”

³⁶Do original: “Our tears are sweet, our laughter venomous. We’re pleased when sad, and sad when pleased.

O impacto de Behbahani tanto na cultura iraniana, quanto no ativismo do país é inegável. Por exemplo, em 2006, aconteceu em Teerã uma passeata pacífica no Dia Internacional das Mulheres que foi reprimida por autoridades policiais iranianas, agredindo centenas das pessoas presentes. Aos 79 anos, Behbahani foi uma delas (HUMAN RIGHTS WATCH, 2006). Antes de ser agredida repetidamente com um cacetete, um estudante gritou: " Ei, não machuque esta senhora. Ela é Simin Behbahani, se você a tocar, vou me incendiar³⁷" (WASHINGTON POST, 2006).

Behbahani permaneceu no Irã até sua morte por um problema cardíaco em 2014.

Já a ativista, ex-juíza, autora e advogada Shirin Ebadi é um dos principais nomes do ativismo iraniano desde o começo dos anos 2000. Ebadi foi a primeira iraniana e mulher muçulmana a receber um prêmio Nobel da Paz, sendo contemplada pelas suas contribuições na defesa da democracia e dos direitos humanos. Seu trabalho como advogada começou na década anterior ao seu destaque internacional, estando envolvida em diversos casos que, de acordo com a autora a colocava em contato direto com a crueldade humana: "O trabalho que eu fazia tipicamente, que era com crianças espancadas, mulheres reféns de casamentos abusivos e prisioneiros políticos, me levava em contato diário com a crueldade humana³⁸." (EBADI, 2009, p. 11, tradução nossa).

O trabalho de Ebadi colocava-a constantemente em evidência e isso atraiu perigos para a sua segurança. No ano 2000, recebeu como advogada um caso que alegava a cumplicidade do governo iraniano em várias mortes de intelectuais na década anterior e descobriu durante a investigação que ela era uma das pessoas cujo assassinato havia sido planejado. As ameaças não impediram que Ebadi continuasse seu trabalho.

We wash one hand in blood, the other we wash the blood off.
 We cry as we laugh at the futility of both these acts.
 Eight years have passed, we haven't discovered their meaning.
 We have been like children, beyond any account or accounting.
 We have broken every stalk, like a wild wind in the garden.
 We have picked clean the vine's candelabra.
 And if we found a tree, still standing, defiantly,
 we cut its branches, we pulled it by the roots.
 We wished for a war, it brought us misery,
 now, repentant, we wish for peace.
 We pulled wings and heads from bodies,
 now, seeking a cure, we are busy grafting.
 Will it come to life, will it fly,
 the head we attach, the wing we stitch."

³⁷ Do original: "Hey, don't hurt this lady. She is Simin Behbahani, if you touch her, I will set myself on fire."

³⁸Do original: "The work I typically handled— battered children, women hostage to abusive marriages, political prisoners —brought me into daily contact with human cruelty."

Na época que era juíza, Ebadi lutou na Revolução Iraniana. Em uma carta aberta publicada no *The Washington Post* em 2020, ela relata o seu arrependimento e pede desculpas para as gerações futuras: “Espero que você nos perdoe pelo erro que cometemos. Embora não fosse nossa intenção, escurecemos o seu mundo³⁹.” A ativista fala na mesma carta sobre a dificuldade que os que lutaram pela Revolução de entender a diferença entre idealismo e inocência, e que essa inocência os levou a pensar que Khomeini poderia ser o homem correto para conduzir o Irã. Ela disse que esperava que da revolução viesse “um mundo melhor”, um Irã “onde tanto os direitos humanos quanto a dignidade humana fossem guardados por instituições democráticas fortes⁴⁰” (EBADI, 2020).

Nos primeiros capítulos de seu livro “*Iran Awakening*”, a autora fala sobre as mudanças que a Revolução Islâmica trouxe para as mulheres. Para ela, o “convite” às mulheres usarem alguma das formas de cobertura facial foi um dos primeiros sinais de que a revolução poderia “comer suas irmãs”. A autora pediu ao seu marido permissão para o divorciá-lo porque sentia que as novas leis no matrimônio a tornavam legalmente inferior a ele, tal qual um “bem material”. Enquanto ele permanecia com os mesmos privilégios, ela relata que sentia que perdia sua humanidade. Sua insatisfação com as primeiras imposições é relatada em uma conversa que teve com o Ministro da Justiça provisório, Fathollah Bani-Sadr:

Ele disse: "Você não acha que, por respeito ao nosso amado Imã Khomeini, que agraciou o Irã com seu retorno, seria melhor se você cobrisse o cabelo?" Fiquei abalada. Aqui estávamos nós, no Ministério da Justiça, depois de uma grande revolta popular ter substituído uma monarquia antiga por uma república moderna, e o novo superintendente da justiça falava de cabelo. Cabelo! "Nunca usei véu na cabeça na vida", disse eu, "e seria hipócrita começar agora." "Portanto, não seja hipócrita e use-o com fé!" ele disse, como se tivesse acabado de resolver meu dilema. "Olha, não seja simplista", respondi. "Eu não deveria ser forçada a usar véu e, se não acredito nisso, simplesmente não vou usá-lo." "Você não vê como a situação está evoluindo?" ele perguntou, sua voz aumentando. "Sim, mas não quero fingir ser algo que não sou", eu disse. E então eu saí do cômodo⁴¹ (EBADI, 2009, p. 48, tradução nossa).

³⁹ Do original: “I hope you forgive us for the mistake we made. Although we did not intend it, we have darkened your world.”

⁴⁰ Do original: “Where both human rights and human dignity would be guarded by strong democratic institutions.”

⁴¹ Do original: “He said, "Don't you think that out of respect for our beloved Imam Khomeini, who has graced Iran with his return, it would be better if you covered your hair?" I was shaken. Here we were, in the Ministry of Justice, after a great popular revolt had replaced an antique monarchy with a modern republic, and the new overseer of justice was talking about hair. Hair! "I've never worn a head scarf in my life," I said, "and it would be hypocritical to start now." "So don't be a hypocrite, and wear it with belief!" he said, as though he had just solved my dilemma. "Look, don't be glib," I replied. "I shouldn't be forced to wear a veil, and if I don't believe in it, I'm just not going to wear one." "Don't you see how the situation is developing?" he asked, his voice rising. "Yes, but I don't want to pretend to be something I'm not," I said. And then I left the room.”

Alguns anos após a revolução, Ebadi se aposentou⁴² de seu cargo de juíza respondendo a limitações que a profissão estava sofrendo pelo regime e focou em seu trabalho na advocacia e no ativismo. Em 2001, Ebadi criou, juntamente com quatro colegas de profissão politicamente engajados, o Centro de Defensores dos Direitos Humanos. Membro da *International Federation for Human Rights*, o grupo tinha como objetivos principais as seguintes pautas: promover defesa para acusados de crimes políticos, dar apoio às famílias dos acusados, publicar relatórios anuais e trimestrais reportando a situação dos direitos humanos no Irã e a disseminação de informações e coberturas sobre os tratados internacionais sobre direitos humanos e como eles são violados pelo país, para difundir os ideais da causa e promovê-la (DEFENDERS OF HUMAN RIGHTS CENTER, [s.d.]).

O relacionamento do grupo com o governo iraniano é conturbado. Além da perseguição dos membros, o escritório do grupo foi investigado em 2008, durante o governo do presidente Mahmoud Ahmadinejad, mesmo tendo sua operação permitida pela lei iraniana, e alguns dias depois foi vandalizado por membros de uma organização paramilitar associada ao governo, a *Basij*. Em uma carta aberta a Ahmadinejad, Ebadi tratou da perseguição do governo a seu grupo e diversos outros ativistas dos direitos humanos no Irã e a incoerência dessas medidas com o discurso difundido pelo presidente: Se a defesa dos direitos humanos é de facto um grande pecado e um crime, que sujeita os seus defensores e promotores a tal perseguição criminosa, por que então o seu governo se candidatou no ano passado para ser membro do Conselho dos Direitos Humanos da ONU?⁴³ (EBADI, 2009, tradução nossa).

Assim como outras ativistas, Ebadi vive em exílio desde as respostas das autoridades iranianas à Revolução Verde, residindo em Londres desde então. Em 2009, a ativista teve suas propriedades, incluindo o escritório do grupo, confiscadas pelo governo iraniano (THE GUARDIAN, 2017). Em entrevista para o *The Guardian* em 2017, ela diz que não retorna ao Irã não por medo, mas sim por sua utilidade fora do país: “Fora do Irã eu sabia que seria mais útil. Eu poderia falar, eu poderia ouvir as vozes das pessoas⁴⁴.”

Atualmente, o grupo está inativo, seu último relatório tendo sido publicado em 2017, e três dos seus seis membros permanentes estão presos no Irã. Uma delas é Narges Mohammadi,

⁴²Ebadi indica em seu livro *“Iran Awakening”* que o tempo mínimo de serviço de juizes no Irã é de 15 anos.

⁴³ Do original: “If defense of human rights is indeed a big sin and a crime, which subjects its defenders and promoters to such criminal pursuit, why then did your government apply last year for membership in UN Council on Human Rights?”

⁴⁴Do original: “Outside of Iran I knew I’d be more useful. I could speak, I could hear the voices of people.”

ativista iraniana que se tornou membro do Centro de Defensores dos Direitos Humanos em 2003. Mohammadi é vice-presidente do grupo e está na cadeia desde 2021 cumprindo uma pena de 12 anos por crimes políticos contra o estado iraniano. Vencedora do prêmio Nobel da Paz de 2023 e diversos outros prêmios renomados pela sua luta pelos direitos humanos no Irã, foi presa mais de 10 vezes e submetida a 154 chibatadas ao longo de seus 51 anos de vida (G1, 2023), com sua atividade ainda mais intensa após os protestos da Revolução Verde. Algumas das justificativas para sua detenção foram ações contra a segurança nacional, seu trabalho no Centro de Defensores dos Direitos Humanos e propaganda contra o regime iraniano. Por essas acusações, Mohammadi também foi defendida várias vezes por seu próprio grupo.

Durante seus anos na cadeia, Mohammadi tem sido a principal voz no país quanto aos direitos das presidiárias. A ativista diz que seu livro “*White Torture: Interviews with Iranian Women Prisoners*” seria a razão de sua prisão mais recente, pois o Ministério da Inteligência do Irã teria visto-o como uma tentativa de manchar a imagem do país (MOHAMMADI, 2022). No prefácio do livro, Shirin Ebadi conta como Mohammadi criou uma campanha diretamente da cadeia indagando o porquê de presidiárias da prisão de Evin não terem direito a ligações, enquanto os presidiários tinham. A campanha tinha um apelo maior quando se falava das presidiárias que eram mães e não podiam falar com seus filhos. Essa campanha foi tão bem-sucedida, pelo engajamento de mulheres por todo o país, que o direito foi adquirido.

Ebadi também fala sobre a campanha de Mohammadi contra o fim das sentenças solitárias no Irã, como a autora se refere no próprio livro como “tortura branca”. De acordo com Mohammadi (2022), essas sentenças têm um impacto psicológico e físico ainda mais danoso para as presidiárias do que as sentenças convencionais. Em seu livro, Mohammadi (2022) conduziu entrevistas com colegas presidiárias durante uma de suas sentenças, buscando compilar testemunhos sobre a realidade que vivia.

A história de Mohammadi é um exemplo das brutalidades sofridas pelas mulheres na linha de frente do ativismo iraniano. A ativista conta que em segunda experiência na cadeia, quando já era mãe de seus dois filhos, viveu em sentença solitária.

Os dias se passavam e eu ouvia nada sobre Ali e Kiana e não vê-los me incomodava tanto que às vezes pensava em morrer. O quanto eu precisava estar e respirar em um ambiente saudável e seguro, e o quanto eu precisava de coisas mundanas como ver o sol, olhar para o céu, ver um gato de rua, uma folha caindo de uma árvore, cheirar bem, um som mesmo que perturbador e desagradável, conversar com um amigo e qualquer coisa que fosse sinal de que eu estava viva. É impossível imaginar como não ver o sol, não sentir a brisa na pele e o silêncio ininterrupto ao seu redor abala a vontade humana de lutar e continuar vivendo. Um lutador idealista nunca pode sequer imaginar

que ser privado das coisas que considera naturais pode, em determinado momento, causar dúvida ou indiferença em uma pessoa apaixonada e produtiva⁴⁵ (MOHAMMADI, 2022, p. 39, tradução nossa).

Ela continuamente tinha alucinações vendo sua filha e relata que foi essa experiência que a fez adoecer pela primeira vez. Mohammadi desmaiava e perdia o controle do seu corpo, “Eu sentia como se não tivesse nem ossos, nem nervos nas minhas pernas⁴⁶ (MOHAMMADI, 2012).” Mesmo assim, ela temia o tratamento oferecido na prisão, que a sujeitaria a injeções que ela não sabia para que serviam. Por isso, ela as negava. Em várias dessas situações, ela relata que foi acorrentada a uma cama ou segurada a força para receber tais injeções.

Em 2022, Mohammadi participou da repercussão que a morte de Mahsa Amini teve na prisão de Evin. Para o *The New York Times*, ela relata como as presidiárias ficaram impressionadas com a morte da jovem.

No presídio feminino, estávamos cheias de tristeza – e raiva. Usamos nossos curtos telefonemas para coletar informações. À noite, fazíamos reuniões para trocar as notícias que ouvíamos. Estávamos presas lá dentro, mas fizemos o que podíamos para levantar a voz contra o regime. A raiva atingiu o seu auge algumas semanas depois, quando um incêndio varreu parte de Evin no dia 15 de outubro. Gritamos “Morte à República Islâmica” no meio de tiros das forças de segurança, explosões e chamas. Pelo menos oito pessoas foram mortas.⁴⁷ (MOHAMMADI, 2023, tradução nossa).

Por mais que os trabalhos de Behbahani, Mohammadi e Ebadi tem como seu espaço principal as esferas física e literária, elas fizeram parte do primeiro movimento de ativismo feminino iraniano na internet. Em 2006, a Campanha de 1 Milhão de Assinaturas, que foi mencionada no primeiro capítulo, contou com uma carta aberta de Ebadi no *Rooz Online*, um site iraniano, explicando o porquê de sua importância e o quais seus objetivos.

⁴⁵ Do original: “Days passed and I had not heard a word of Ali and Kiana and not seeing them bothered me so much that sometimes I thought of dying. How much I needed to be and breathe in a healthy and safe environment, and how much I needed mundane things such as seeing the sun, staring at the sky, seeing a stray cat, a leaf falling from a tree, smelling good, a sound even if disruptive and unpleasant, talking to a friend, and anything that was a sign of being alive. It’s impossible to imagine how not seeing the sun, not feeling the breeze on your skin and the unbroken silence around you shatters the human will to fight and keep living. An idealistic fighter can never even imagine that being deprived of the things they take for granted outside might at one-point cause doubt or indifference in a passionate and productive person.”

⁴⁶ Do original: “I felt as if I had no bones or nerves in my legs.”

⁴⁷ Do original: “In the women’s ward, we were filled with grief — and rage. We used our short phone calls to collect information. At night, we held meetings to exchange the news we’d heard. We were stuck inside, but we did what we could to raise our voices against the regime. Anger reached its peak a few weeks later, when a fire swept through part of Evin on Oct. 15. We chanted “Death to the Islamic Republic” amid the gunfire from security forces, explosions and flames. At least eight people were killed.”

O movimento feminista do Irã acredita que os direitos das mulheres e a democracia estão intimamente relacionados. Sem igualdade de direitos não pode haver democracia. As vitórias dos movimentos feministas em todos os países podem abrir caminho para a democracia. Claro, isto significa a vitória das mulheres no sentido real. A ascensão ao poder de algumas mulheres específicas ou a eleição de um punhado de mulheres para o Parlamento não resolverá nada. A verdadeira vitória das mulheres ocorrerá quando as leis discriminatórias forem abolidas⁴⁸ (EBADI, 2006, tradução nossa).

2.3.2 Nas redes sociais

Vida Movahed é uma ativista pelos direitos das mulheres do Irã. Movahed se tornou um símbolo da causa em 2017, quando subiu em uma caixa na Rua da Revolução em Teerã e balançou seu véu pelo ar com a ajuda de um graveto: “Como um ato de dissidência, foi notavelmente pacífico, mostrando-se como uma bandeira branca de rendição⁴⁹ (TIME, 2022). A ativista foi presa em menos de uma hora. Porém, pessoas ao redor filmaram o ocorrido e colocaram nas redes sociais, o que viralizou entre as mulheres iranianas. Movahed se tornou um símbolo nesse momento. Seu ato instigou uma série e se tornou um movimento chamado “As Garotas da Rua da Revolução”, que protestavam contra o uso compulsório do *hijab* de forma pacífica. Muitos dos atos eram gravados e compartilhados nas redes sociais, divulgando-os para pessoas conectadas. 29 manifestantes foram presos (BBC, 2018).

O movimento instigado por Movahed trouxe o tema a um debate público. Políticos iranianos levaram a discussão do uso compulsório do *hijab* para as redes sociais, alguns questionando se não seria o momento perfeito para uma reforma (BBC PERSIAN, 2017). Enquanto isso, uma pesquisa divulgada pelo líder supremo Khamenei constava que o país era dividido quanto ao assunto. Em outubro de 2018, Movahed foi protagonista de um ato pacífico novamente ao subir no topo de uma cúpula na Rua da Revolução com vários balões coloridos, sendo presa novamente. O líder supremo perdoou Movahed por seus crimes, porém a dificuldade na liberação da ativista foi contestada por veículos da imprensa iraniana no início de 2019. Movahed foi libertada em maio do mesmo ano (IRAN PRISON ATLAS, 2019).

Por mais que o ato de Movahed tenha acontecido *off-line*, é relevante analisar seu imenso impacto *on-line*. Ao se posicionar em uma via movimentada de Teerã, a atração

⁴⁸ Do original: “The feminist movement of Iran believes that women’s rights and democracy are intimately related. Without equality of rights, there can be no democracy. The victories of feminist movements in all countries can open the way for democracy. Of course, this means victory of women in the true sense. The rise in power of a few select women, or the election of a handful of women to the Parliament will not solve anything. The true victory of women will occur when discriminatory laws are lifted.”

⁴⁹ Do original: “As an act of dissent, it was strikingly peaceful, giving the appearance of a white flag of surrender”

garantida das pessoas ao seu redor levou tanto a comoção quanto a surpresa do ato estar acontecendo. Essas emoções levavam as pessoas a compartilharem o protesto de Movahed nas redes sociais, o que fez com que ele tomasse uma proporção que antes seria inimaginável sem a ação da imprensa. E mesmo assim, as redes sociais proporcionam que a difusão seja mais rápida e mais intensa, tendo ocasionado, nesse caso, o começo de um novo movimento.

Existe uma ativista que utiliza dessa estratégia com maestria e é impossível falar sobre o ciberativismo iraniano e não mencionar Masih Alinejad. Alinejad é um dos principais nomes em voga pela causa dos direitos das mulheres no Irã e usa as redes sociais como ferramenta com uma maestria não encontrada em outra personalidade por essa pesquisa. Ativista e jornalista, Alinejad vive exilada desde 2009, hoje em Nova Iorque e antes em Londres, por ter sido vocal quanto aos esquemas de corrupção do presidente Mahmoud Ahmadinejad durante seu governo. Hoje em dia, além de ter seu próprio programa semanal sobre o Irã na emissora de rádio *Voice of America*, Alinejad continua seu trabalho de ativista com fervor, mas com uma variável diferente das anteriores: com as redes sociais como sua mão direita.

Antes de seu exílio, Alinejad acompanhava de perto a política iraniana pelo seu trabalho como jornalista política em Teerã. Em 2005, ela foi proibida de acompanhar a política parlamentar iraniana e declarada como *persona non grata* do *majles* por um artigo que reportava um escândalo: os bônus desproporcionais que os parlamentares recebiam no Ano Novo (THE GUARDIAN, 2013). O artigo e sua repercussão fizeram com que a ativista fosse reconhecida por todo o país pela primeira vez.

Seu exílio ocorreu em 2009. A ativista era uma das manifestantes na linha de frente da Revolução Verde e foi perseguida durante o movimento, o que a forçou a exílio na Inglaterra, assim como Ebadi. Alinejad tinha planos de retornar ao Irã quando a fraude fosse reconhecida pelo governo iraniano, mas como isso não aconteceu, ela permaneceu em exílio (MULLER, 2021). Muller (2021) relata como o trabalho de Alinejad passou por mudanças com seu exílio, pois enquanto suas críticas antes eram direcionadas aos políticos mais conservadores, depois passaram a ser focadas no sistema da República Islâmica como um todo. Isso fez com que muitos ativistas que antes apoiavam seu trabalho passassem a criticá-lo: “Os reformistas não queriam acabar com todo o regime. Eles apenas não gostavam de Ahmadinejad. Eu fui rejeitada e abandonada pelos líderes reformistas sêniores⁵⁰ (ALINEJAD, 2018, tradução nossa).”

⁵⁰ Do original: “The reformists didn’t want to overthrow the whole regime. They just didn’t like Ahmadinejad. I was cast off and abandoned by senior reformist leaders.”

Uma das pautas defendidas com maior fervor pela ativista é a liberdade do uso do *hijab*. O movimento feminista online chamado *My Stealthy Freedom* (Minha Liberdade Fugidia, em tradução livre) começou com a comoção das mulheres iranianas ao terem visto uma foto de Alinejad em Londres com os cabelos ao vento. Em seguida, Alinejad postou uma foto sua com o mesmo tom enquanto ainda estava no Irã, tirada em secreto e encorajou suas seguidoras a fazerem o mesmo. Em resposta, várias enviaram fotos de si com os cabelos descobertos, porém mantendo seu anonimato ao esconderem seus rostos e sua localização, e seu site oficial diz que foi esse o momento em que um novo movimento começava: “O *My Stealthy Freedom* tomou forma primeiramente como uma página no Facebook em maio de 2014 e se tornou a maior campanha de desobediência civil a desafiar as leis do *hijab* compulsório na República Islâmica⁵¹ (MY STEALTHY FREEDOM, [s.d.]).” A página do *Facebook* foi criada por uma apoiadora da ativista, que compartilhou com ela a função de administradora, dando início ao movimento. Dessa forma, o movimento se define como em prol da defesa da escolha do uso ou não do véu para as mulheres iranianas. É importante ressaltar que o *Facebook* é uma rede social banida pelo regime iraniano desde os movimentos de 2009, então as mulheres engajadas estavam fazendo parte de um grande movimento *on-line* de desobediência civil e para a República Islâmica do Irã, diz Alinejad (2013), isso era “assustador”.

Afinal de contas, durante 35 anos, os radicais retrataram o Irã como uma nação 100% islâmica, onde há sempre uma multidão pronta a gritar “Morte à América” e “Morte a Israel”, e onde as mulheres estão cobertas com chador negros, um pano solto que os cobre da cabeça aos pés. Decidir o que você pode vestir é uma forma de liberdade de expressão. E isso é um luxo que não está disponível no Irã. Mas as mulheres fugidias queriam mostrar uma face diferente do Irã, que é muitas vezes ignorada pelos meios de comunicação controlados pelo Estado e pelos meios de comunicação ocidentais visitantes⁵² (ALINEJAD, 2014, tradução nossa).

Em 2014, Alinejad foi vítima de uma campanha de difamação pelo governo iraniano, que espalhava que ela havia sido estuprada na frente de seu filho sob a influência de drogas durante seu exílio em Londres. Além disso, recebeu diversas menções agressivas em programas de televisão de seu país natal. Enquanto isso, *My Stealthy Freedom* contava com mais de meio

⁵¹ Do original: “My Stealthy Freedom took shape first as a Facebook page in May 2014 and became the largest civil disobedience campaign to challenge the compulsory hijab laws in the Islamic Republic.”

⁵² Do original: After all, for 35 years, the hardliners have portrayed Iran as a 100% Islamic nation where there is always a crowd ready to chant “Death to America” and “Death to Israel,” and where women are covered up in black chadors, a loose cloth that covers them from head to toe. Deciding what you can wear is a form of freedom of speech. And that is a luxury not available in Iran. But the stealthy women wanted to show a different face of Iran that is often ignored by the state-controlled media and the visiting Western media.

milhão de curtidas no *Facebook*, iranianos e iranianas corriam misturados nas ruas do país comemorando a qualificação da seleção para a Copa do Mundo e a forma que o governo de Ahmadinejad tentava conter esses movimentos era pela repressão, como fez prendendo três iranianos e três iranianas, sem véu, por postaram um vídeo intitulado “Somos felizes de Teerã”⁵³ (tradução nossa)” dançando a música “*Happy*” de Pharrell Williams (BBC, 2014). Assim, em resposta a todos esses acontecimentos, Alinejad postou um vídeo cantando livremente no metrô de Londres. Seu vídeo deu início a uma nova campanha, intitulada #MinhaCançãoProibida⁵⁴ (tradução nossa), que encorajava iranianas a postarem seus próprios vídeos (KIABANY, 2016).

Em 2017, o movimento começou uma campanha pacífica chamado “Quartas de Branco”. Quartas de Branco tinham a intenção de mostrar a insatisfação da população com o uso obrigatório do *hijab* com um pequeno gesto em suas roupas, que deveriam ter alguma peça da cor branca nas quartas-feiras. Além do movimento fora da internet, manifestantes enviaram vídeos para Alinejad mostrando suas expressões para o movimento, alguns angariando mais de 200 mil visualizações on-line. Além disso, recebeu o apoio de mulheres de outros países onde o *hijab* é um assunto sensível, como a Arábia Saudita (uso compulsório) e o Afeganistão (uso não-obrigatório, mas imposto por algumas famílias) (BBC, 2017), pelo menos até a retomada do poder pelos Talibã, em agosto de 2021.

O ativismo de Alinejad foi potencializado após mais um trágico caso de violência estatal contra mulheres no Irã. Em setembro de 2022, a Polícia da Moralidade do país torturou a jovem Mahsa Amini pelo uso do *hijab* de forma inadequada. Os ferimentos causados pela agressão culminaram em sua morte por um ataque cardíaco. O caso de Amini repercutiu por todo o mundo pela mobilização virtual de ativistas e feministas. Alinejad, direto de Nova Iorque, foi uma parte importante desse movimento, chamando iranianos para desafiarem as normas do *hijab* e falarem sobre a violência sofrida por eles. A ativista recebeu diversas contribuições de iranianos de informações da repressão policial direto de seu país e as postava em primeira mão. Pelo X, ao postar uma compilação de vídeos de mulheres descobertas de costas pelo país, ela disse:

Mulheres iranianas, andando descobertas, ombro a ombro com mulheres usando *hijab* ou com seus parentes homens em público, estão protestando contra apartheid de gênero. Autoridades tem colocado agentes disfarçados para agir contra mulheres que removem seus *hijabs*. Entretanto, a

⁵³ Do original: “Happy we are from Tehran.”

⁵⁴ Do original: “#MyForbiddenSong.”

desobediência civil continua. #MulherVidaLiberdade⁵⁵ (ALINEJAD, 2022, tradução nossa).

Uma parte significativa do ciberativismo de Alinejad é trazer de volta um princípio adotado na Revolução Verde, que foi chamado pelos líderes de “Você é a mídia⁵⁶ (KIABANY, 2016).” Enquanto a mídia iraniana difundia apenas o que era relevante para o Estado, a internet possibilitava aos ativistas construir sua própria rede de comunicação, o que foi feito com maestria por Alinejad. Em um post nas redes sociais, ela disse:

Sugestão: Toda mulher é uma mídia. Uma mulher coberta aparece na televisão estatal do Irã para dizer que o *hijab* é uma demanda de todas as mulheres. Vocês, cada uma de vocês, pode ser uma mídia e se vocês concordarem, se gravem como mulheres iranianas, aonde quer que você esteja no mundo e diga em um minuto porque você é contra o *hijab* compulsório ou descreva que problemas o *hijab* compulsório criou para você⁵⁷. (ALINEJAD, 2015 apud KIABANY, 2016, p. 5)

A campanha angariada por Alinejad ainda tem outro ponto importante a seu favor: ao usar as redes sociais como ferramenta principal para comunicação, a identificação das manifestantes pelo regime iraniano é mais difícil. A própria ativista comentou em entrevista ao *The Atlantic* que essa possibilidade de anonimato diferencia sua campanha do movimento da Revolução Verde, pois os líderes locais são dificilmente identificados e, por isso, o risco de pararem de agir por medo da repressão é menor do que foi com seu movimento antecessor (THE ATLANTIC, 2022).

O caso de Amini continua a repercutir e envolveu outros nomes de ativistas. Nazila Maroofian, jornalista e ativista iraniana de 23 anos, ficou em evidência com sua cobertura dos protestos em nome de Mahsa Amini. Em outubro de 2022, a jornalista fez uma entrevista com Amjad Amini, o pai de Mahsa Amini. A entrevista, que foi removida do site de notícias, tinha como título “Pai de Mahsa Amini: 'Eles mentem'.” Nela, Amini diz que a versão das autoridades iranianas da morte de sua filha, que diz que a jovem sofria de problemas de saúde, é uma mentira. Ainda, denuncia que ela foi agredida pela Polícia da Moralidade pelo uso do *hijab* ruim (O GLOBO, 2023).

⁵⁵ Do original: “Iranian women, walking unveiled, shoulder to shoulder with women in hijab or with their male relatives in public, are protesting against gender apartheid. Authorities have called on undercover agents to take action against women who remove their hijab. However, civil disobedience continues. #WomanLifeFreedom.”

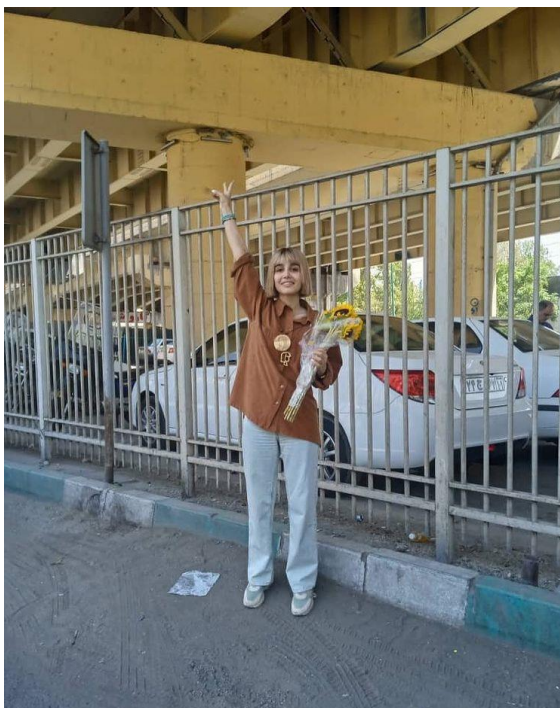
⁵⁶ Do original: “You are the media.”

⁵⁷ Do original: Suggestion: Every woman a media. A veiled woman appears on Iranian state television to say compulsory hijab is the demand of all women. You, every single one of you, can be a media, and if you agree, take a film of yourself as Iranian women, wherever in the world you are, and say in one minute, why you are against compulsory hijab, or describe what problems compulsory hijab has created for you

Por causa da entrevista, Maroofian foi detida pelas autoridades iranianas em novembro do mesmo ano (CNN PORTUGAL, 2022). As acusações feitas à ativista foram de “Propaganda contra o Estado” e “Agitação da consciência pública” (IRAN PRISON ATLAS, [s.d]). Após três meses na cadeia, foi acordada sua liberdade por fiança, mas Maroofian não havia sido solta até o início de agosto de 2023, pois de acordo com o promotor responsável pelo caso, não seria possível soltá-la até o fim do interrogatório. A ativista contou que foi vítima de agressão sexual durante seus meses na cadeia (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2023).

No dia 13 de agosto de 2023, Maroofian postou uma foto para dezenas de milhares seguidores nas redes sociais anunciando sua liberdade. Nessa foto, a jornalista estava sem véu, segurando um buquê de girassóis em uma mão e com outra, estendida no alto, fazia o sinal da paz. Na legenda, fez uma contextualização de seu status e compartilhou frase de livro que leu durante sua prisão: “Você merece o melhor, então não aceite a escravidão”⁵⁸ (tradução nossa).

Figura 4 – Nazila Maroofian em liberdade



Fonte: Conta de Nazila Maroofian no Instagram

Por causa dessa foto, a ativista foi detida novamente. Três dias depois, novamente por uma foto nas redes, fazia o sinal da paz, descoberta, segurando um buquê de rosas, mostrando que havia sido solta. Na legenda, dizia: “[eles me perguntam] você se arrepende da foto que

⁵⁸ Do original: “نپذیر را بردگی پس، اتفاقاتی بهترین لایق تو.”

postou quando foi libertada? Você admite que está errada?’ Não, eu não fiz nada de errado”⁵⁹ (tradução nossa).

Em outubro de 2023, a ativista postou uma foto de si mesma com o olho roxo e rosto inchado, com a legenda: “Migração forçada? Não, senhores, a República Islâmica deu apenas o pontapé. P.S.: Fui detida e torturada durante 13 dias na prisão de Sulaymaniyah.” Por um vídeo no *Instagram*, ela explica o ocorrido e diz que as ameaças de morte que tem recebido do Ministério da Inteligência do Irã a fizeram migrar para a França, onde tem vivido desde então (IRAN WIRE, 2023). Atualmente, em exílio, Maroofian usa suas redes sociais principalmente conscientizando seus seguidores quanto ao movimento a favor dos direitos humanos no Irã. Com frequência, ela posta fotos de iranianos que foram presos e/ou vítimas de agressão pelas autoridades do país por lutarem pela causa.

2.4 HÁ DIÁLOGO? PROBLEMATIZAR AS AGENDAS DISCUTIDAS DENTRO/FORA DO IRÃ

Ao observar o trabalho das ativistas com agenda fora da internet *versus* o das ativistas com agenda *on-line*, pode-se perceber que não é possível desvincular uma da outra. Na verdade, a importância do ciberativismo rege na possibilidade de complementar o ativismo tradicional, ao invés de substituí-lo.

As três ativistas com agenda prioritariamente *off-line* agem em uma abordagem convencional do ativismo. Ao mesmo tempo, elas têm fornecido insumos para o debate em torno da causa dos direitos das mulheres no Irã. Ebadi é uma figura importante do ativismo iraniano para a mídia internacional, e continua se pronunciando após mais de vinte anos na ativa. Por outro lado, Mohammadi, mesmo presa, instiga o diálogo ao se pronunciar sobre os abusos sofridos pelas presidiárias. No mês de novembro de 2023, durante a escrita dessa pesquisa e um mês depois de receber o prêmio Nobel da Paz, a ativista começou uma greve de fome para protestar contra a falta de cuidado que tem sofrido na prisão (G1, 2023).

É possível dizer que sem as redes sociais, os atos dessas ativistas ainda seriam inquestionáveis quanto sua relevância para o movimento, mas qual seria seu impacto? Por exemplo, o ato histórico de Vida Mohaved, que virou o símbolo de um movimento, ilustra bem o ponto em questão: sem a exposição que a internet deu para o ato da ativista, é provável que

⁵⁹ Do original: “آیا از عکسی که موقع آزادی گذاشتی، پشیمونی؟ قبول داری اشتباه کردی؟ خیر؛ من هیچ اشتباهی نکردم.» «مخلص همگی»

ele não teria feito o impacto que fez na sociedade iraniana, comovendo tantas pessoas, a ponto de se tornar um movimento próprio.

Os protestos do movimento “Mulher, vida, liberdade” levaram a causa que vem sendo defendida por gerações de mulheres iranianas para outro nível de discussão, e isso aconteceu por causa da junção de todos os elementos levantados pelas ativistas estudadas: a imprensa, os protestos e as redes sociais. Tal qual um ciclo, essas três entidades funcionam juntas dentro do ativismo contemporâneo. Ao agir em um regime autoritário, onde a censura é uma realidade e a resistência também, elas se tornam indivisíveis. No caso dos protestos em nome de Amini, a imprensa desafia a censura, levando ao público informações polêmicas quanto a morte da jovem, o que gera comoção e leva a protestos presenciais, que são tão intensos que são retratados nas redes sociais. As redes sociais, então, difundem as informações para um número ainda maior de pessoas, possivelmente de partes diferentes da nação e do mundo, que se comovem e são levadas a participar do movimento *off-line* e/ou *on-line*. Assim, a imprensa retrata a comoção e continua o ciclo de retroalimentação possibilitada pelo ciberativismo.

Não obstante o impacto das redes sociais ser nacional, ele também leva a informação para outras partes do mundo. Assim, um tópico que deve ser levado em consideração nessa discussão é a diferença no discurso entre as ativistas que residem no Irã e as que não residem e, caso exista uma diferença no discurso entre elas, por que ele existe. Em ambos os grupos estudados, apresentam-se ativistas que foram exiladas de seu país e outras que ainda estão em território iraniano. As ativistas exiladas (Ebadi, Alinejad e Maroofian) alegam que foram forçadas a saírem do país pela ameaça de violência e/ou morte por parte do governo iraniano. Para cada uma das três, essas ameaças ocorreram durante ou logo após momentos em que os movimentos ativistas eram de grande perigo para a República Islâmica, sendo eles a Revolução Verde em 2009 e os protestos “Mulher, vida, liberdade” em nome de Mahsa Amini em 2022. Nesses momentos, elas eram vocais quanto às suas opiniões e atraíam visibilidade para a causa, o que era negativo para a República Islâmica.

É importante mencionar que o exílio não foi uma escolha fácil para essas ativistas. Alinejad, durante entrevista para o Mulheres do Ano de 2022 da revista *TIME*, se emocionou ao perceber que não lembrava do rosto da sua mãe, que ficou no Irã.

Tem 13 anos que Masih Alinejad não abraça sua mãe. Ela percebeu isso durante uma entrevista a *TIME* no começo de fevereiro, e logo percebeu outra coisa: “Meu Deus, eu esqueci o rosto da minha mãe,” ela diz, com olhos

arregalados e balançando a cabeça, descrente. Ela para e se recompõe: Olha, eu não quero chorar na frente da câmera⁶⁰ (TIME, 2023, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, Ebadi tem um capítulo inteiro em seu livro, escrito antes de seu exílio, dedicado à indignação que sentia quando seus colegas faziam a escolha de saírem do Irã. Ela dizia que era como se, ao escolherem exílio, eles tivessem morrido para ela.

“Não, eu nunca abandonaria o Irã”, retruquei. “Se meus filhos tivessem que partir, eu os enviaria. Cada geração precisa permanecer no lugar onde foi criada. Se você e eu deixarmos o Irã, o que faremos? Aqui somos alguém. Estamos realizados e trabalhamos para alcançar uma determinada posição nesta sociedade. Nossos amigos, como nós, são brilhantes e educados. Se formos para o exterior, você acha que seremos aceitos - com nossos diplomas e sotaques estrangeiros - de braços abertos? Nossos filhos são jovens e absorverão a cultura de seu novo mundo. E depois de algum tempo, nós os perderemos também”⁶¹ (IRAN AWAKENING, 2006, tradução nossa).

É pela perspectiva de Ebadi que se pode perceber que o exílio não vem como uma liberdade, mas sim como uma prisão do país que sempre se chamou de lar. O governo iraniano usa isso como uma arma poderosa contra os ativistas. Outro exemplo relevante é o da atriz Golshifteh Farahani, promessa iraniana na indústria cinematográfica, que foi banida do país em 2008 após mostrar os seios em um vídeo promocional para a premiação do cinema francês, os “Césars”. Farahani alega que o intuito de sua ação nunca foi chocar ou político (THE GUARDIAN, 2022). Mesmo em exílio, a atriz se absteve da política iraniana até os protestos de Mahsa Amini, quando se pronunciou abertamente sobre seu relacionamento com o Irã pela primeira vez e como teve que deixar sua família para trás: “O exílio é como a morte. Você não consegue entender até que aconteça com você. O mundo inteiro quer ver você como vítima e te pressionam a ser ainda mais vítima porque te veem miserável e se sentem bem com isso”⁶² (THE GUARDIAN, 2022, tradução nossa).

Enquanto isso, as ativistas estudadas que permaneceram no Irã (Behbahani, Mohammadi e Movahed) sofreram severos ataques das autoridades do país. Mohammadi é o caso mais extremo das três, compartilhando a perda da sua saúde física e mental durante sua

⁶⁰ Do original: It’s been 13 years since Masih Alinejad hugged her mother. That realization hits her during a TIME interview in early February, followed by another one: “Oh my God, I forgot my mom’s face,” she says, wide-eyed and shaking her head in disbelief. She stops and composes herself. “Look, I don’t want to cry on camera.”

⁶¹ Do original: “No, I would never abandon Iran”, I retorted. “If my kids had to leave, I would send them. Each generation needs to stay in the place it was raised. If you and I leave Iran, what are we going to do? Here we’re somebody. We’re accomplished and have worked to reach a certain position in this society. Our friends, like us, are bright and educated. If we go abroad, do you think we’ll be accepted—with our foreign degrees and foreign accents—with open arms? Our kids are young, and they’ll absorb the culture of their new world. And after some time passes, we’ll lose them too.”

⁶² Do original: “Exile is like death. You cannot understand it until it happens to you. The whole world wants to see you as a victim and they push you to be even more a victim because they see you miserable and they feel good”

resistência ao governo autoritário de seu próprio país. Mesmo sob essas condições, as ativistas persistem, mas suas contribuições para a causa continuamente serão alvos do regime, que continuará perseguindo-as e restringindo suas liberdades – tanto de mobilidade, quanto de expressão.

A reflexão que se faz por uma análise comparativa dos casos é que a importância das ativistas em exílio é ainda mais notável pelas mídias. A opressão do regime iraniano ao conteúdo das ativistas é tanto que, por exemplo, Narges Mohammadi está na cadeia hoje pela publicação de seu livro *White Torture* no exterior e Nazila Maroofian foi forçada ao exílio pela cobertura das violações dos direitos humanos no país. Assim como fora mencionado anteriormente, é notório que as redes sociais trazem dois pontos-chave para o ativismo: o anonimato e a distância. O primeiro permite que, do exterior, as ativistas em exílio tenham acesso a informações direto de seu país, o que permite que Masih Alinejad cubra a realidade iraniana em tempo real. A distância garante segurança, que é necessária para que continuem difundindo as informações para o movimento, como pôde-se ver pela influência que Alinejad e o *My Stealthy Freedom* têm tido nos movimentos dentro do Irã, como nos protestos em nome de Mahsa Amini de 2022.

O caso de Amini foi ainda um momento de forte questionamento do regime iraniano. Durante os protestos, manifestantes iranianos e de outras partes do globo gritavam “Morte ao ditador”, “Morte ao Khamenei” e queimaram fotos do líder supremo (REUTERS, 2022). De acordo com a BBC Persian, nas cidades de Teerã e Rasht, os manifestantes gritaram “Morte ao opressor, seja o shah ou o líder supremo!⁶³” (REUTERS, 2022, tradução nossa). O movimento, que tinha como propósito inicial questionar a morte de uma jovem e o uso compulsório do véu, passou a ter um novo propósito: questionar a República Islâmica como um todo.

Figura 5 – Foto impressa do aiatolá Khamenei queimando



Fonte: Iran Wire, 2022

⁶³ Do original: “Death to the oppressor, be it the shah or the supreme leader!”

É interessante ainda analisar esse fenômeno à luz da dimensão dos protestos. Como foi mencionado na seção anterior, Masih Alinejad havia se referido à dificuldade que teve em ser bem-vista pelos ativistas sêniores de seu país após seu exílio, quando teve liberdade para se referir aos problemas que via no Irã como algo sistêmico e que, então, deve-se questionar esse sistema. Dessa forma, o grande impacto dos protestos “Mulher, vida, liberdade” veio da percepção dos manifestantes que a dificuldade de estabelecer direitos fundamentais para as mulheres no país não é causada por algum atraso civil, mas sim porque existe um sistema político que precisa dele.

Ao mesmo tempo, as vozes das ativistas iranianas são fortes o suficiente para serem ouvidas por líderes mundiais. Shirin Ebadi conheceu a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, em um evento de Dia das Mulheres em 2023 e pediu para o parlamento que não se rendesse ao regime. Metsola discursou sobre a luta por inclusão das mulheres e fez uma menção a presença de Ebadi: “A sua presença é um lembrete de que a luta não cessará e que a liberdade requer coragem e sacrifício. As mulheres não irão silenciosamente noite adentro. Eles não vão desistir. E o Parlamento Europeu continuará apoiando as mulheres do Irã⁶⁴” (IRAN INTERNATIONAL, 2023, tradução nossa).

Masih Alinejad também se encontrou com diversos líderes mundiais, como o presidente da França Emmanuel Macron⁶⁵ na Conferência de Segurança de Munique em fevereiro de 2023. Em um breve vídeo gravado por Alinejad, Macron disse: “Para nós e para a sociedade civil, o que está acontecendo no Irã é muito importante. E eu fico muito feliz em conhecer todos vocês, porque esta mensagem de unidade é importante⁶⁶” (IRAN INTERNATIONAL, 2023, tradução nossa). Ainda, Alinejad foi recebida na Casa Branca pelo então vice-presidente Mike Pompeo

⁶⁴ Do original: “Your presence is a reminder that the fight will not cease, and that freedom requires courage and sacrifice... Women will not go silently into the night. They will not give up. And the European Parliament will continue to stand with the women of Iran.”

⁶⁵O debate na França sobre os direitos das mulheres muçulmanas tem sido bastante tensionado. Pela lei francesa LOI n° 2010-1192, é proibido o uso de itens que cubrem o rosto (FRANÇA, 2020), tal qual vestimentas religiosas como o *niqab* e a *burqa*. Além disso, medidas implementadas durante o governo de Macron, como o possível impedimento de atletas francesas de usarem o *hijab* nas Olimpíadas de 2024, sediadas em Paris (ANADOLU AGENCY, 2023), e banimento do uso de *abaya*, vestimenta típica islâmica, nas escolas francesas (BBC, 2023), fizeram com que a discussão se complicasse no ano de 2023. O estabelecimento de medidas que restringem a escolha do uso de roupas religiosas é contrário à expressão religiosa individual das mulheres, o que é uma reivindicação da causa dos direitos das mulheres iranianas. Ao longo deste trabalho, destaca-se a importância da liberdade de escolha, que tem sido retirada das mulheres muçulmanas pelo governo francês.

⁶⁶Do original: “To us and the civil society, what's happening in Iran is very important. And I'd be very happy to meet all of you, altogether because this message of unity is important.”

em 2019, onde foi agradecida por sua coragem e luta pelos direitos humanos no Irã (US VIRTUAL EMBASSY IRAN, 2019).

Pelas ativistas serem recebidas por esses líderes mundiais, pode-se compreender que eles fazem uma escolha clara de se posicionarem quanto a causa. No dia 23 de novembro de 2023, o Parlamento Europeu condenou a “a deterioração da situação dos direitos humanos no Irã e os assassinatos brutais de mulheres pelas autoridades iranianas, incluindo a premiada pelo Prémio Sakharov de 2023, Jina Mahsa Amini⁶⁷” (VOA NEWS, 2023, tradução nossa). Com essa condenação, o parlamento demandou a liberação de todos os ativistas dos direitos humanos presos pelo regime iraniano, incluindo Narges Mohammadi. A moção foi aprovada com 516 votos a favor, 4 contra e 27 abstenções. Já Macron, em novembro de 2022, chamou os protestos “Mulher, vida, liberdade” do Irã de uma “revolução” e que a repressão por parte do governo iraniano afetava a negociação que ocorria quanto a um acordo nuclear para o país (FRANCE 24, 2022).

Em setembro de 2023, a França foi um dos três países da Europa, de forma conjunta com o Reino Unido e a Alemanha, a se recusar a pôr um fim às sanções quanto ao acordo nuclear do Irã de 2015. De acordo com os termos originais da negociação, as sanções deveriam terminar no dia 18 de outubro de 2023 (THE GUARDIAN, 2023). Por último, Mike Pompeo fez diversos comentários repreendendo o Irã durante sua passagem pela ala oeste da Casa Branca, notando sua insatisfação quanto a um novo acordo de enriquecimento de urânio para o país e fazendo duras críticas ao regime: “O que a revolução iraniana deu ao povo iraniano? A repressão dura é tudo o que milhões de iranianos conhecem⁶⁸” (THE NEW YORK TIMES, 2018, tradução nossa).

Depois desta análise, é preciso se perguntar novamente o seguinte: por quê é importante estudar os direitos das mulheres nas Relações Internacionais? Compreende-se a necessidade de enfatizar o porquê do uso do termo “direitos das mulheres” ao invés de apenas “direitos humanos” ao longo desse trabalho. De acordo com Adichie (2012 apud KINSELLA, 2020), utilizar o termo feminismo, que faz parte da discussão dos direitos humanos, permite afirmar que o motivo por trás da discriminação que esse grupo sofreu historicamente durante tantas eras não é por serem seres humanos, mas sim pela variável de gênero. Ainda, a autora aponta como

⁶⁷Do original: “Deterioration of the human rights situation in Iran, and the brutal murders of women by the Iranian authorities, including the 2023 Sakharov Prize laureate Jina Mahsa Amini.”

⁶⁸Do original: “What has the Iranian revolution given to the Iranian people? The hard grip of repression is all that millions of Iranians have ever known.”

o estudo do feminismo permitiu o desenvolvimento de novos métodos de pesquisa e novas formas de conhecimento:

Tornar visíveis as diversas experiências, papéis e estatutos das mulheres exigiu que as feministas reexaminassem e reescrevessem histórias que excluía completamente as mulheres ou as tratavam como incidentais, e que reformulassem conceitos básicos para abordar as suas definições de gênero⁶⁹ (KINSELLA, 2020, tradução nossa).

Ao estudar o tema proposto pelas lentes das Relações Internacionais, possibilita-se compreender a realidade iraniana por um viés mais denso do que o *mainstream* permite. No presente trabalho, foi apresentado o papel das mulheres na Revolução Islâmica, que retirou um governo autoritário do poder. Ao mesmo tempo, estuda-se como o novo regime usou o véu como um símbolo de poder iraniano, enquanto detia as mulheres de seus direitos conquistados no governo anterior. A análise desses fatos leva a reflexão que a imagem de um país fundamentalmente religioso que o Irã busca projetar na sociedade internacional não é condizente com a política interna.

Por fim, é possível notar pelos parágrafos anteriores como os direitos das mulheres estão intrinsecamente ligados às relações internacionais do Irã com outros países. Os movimentos liderados pelas ativistas exiladas permitem o contato com o resto do mundo e os líderes mundiais estão assistindo. A visão desses líderes sobre o Irã é complementada pela realidade exposta pelos movimentos em nome dos direitos das mulheres. A disciplina das Relações Internacionais deve acompanhar o que é discutido na sociedade internacional. Os direitos das mulheres ainda estão em processo de expansão e deve-se, por meio do campo das RI, compreender o porquê de países como o Irã precisarem segurar essa expansão e como as mulheres entendem isso como uma possibilidade de revolução.

⁶⁹Do original: "Making women's diverse experiences, roles, and status visible required that feminists re-examine and rewrite histories which either excluded women altogether or treated them as incidental, and that they reformulate basic concepts to address their gendered definitions."

CONCLUSÃO

O presente trabalho foi baseado na premissa de que as redes sociais trouxeram ao ativismo da causa dos direitos das mulheres iranianas a possibilidade de expansão de público e de atuação. Ao mesmo tempo, foi contemplada a diferença no discurso em mídias de ativistas exiladas do Irã e ativistas residentes no país, sob a hipótese de que as defensoras em exílio exerceriam uma liberdade de expressão que as remanescentes na República Islâmica não poderiam. Nesse sentido, foram analisadas contribuições midiáticas de seis ativistas, Simin Behbahani, Shirin Ebadi, Narges Mohammadi, Vida Movahed, Masih Alinejad e Nazila Maroofian. Ebadi, Alinejad e Maroofian foram perseguidas em território iraniano, forçando-as a exílio em países ocidentais (atualmente residem respectivamente na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França), e Behbahani, Mohammadi e Movahed permaneceram em seu país de origem, tendo sido perseguidas, presas e/ou agredidas por autoridades da República Islâmica ao longo de seus anos como ativistas.

O debate levantado por essa pesquisa é ainda mais atual levando em conta os protestos “Mulher, vida, liberdade” de 2022, que tomaram forma após a tortura e eventual morte da jovem curda Jina Mahsa Amini pelas mãos da Polícia da Moralidade do Irã, que alega que a jovem estava com o *hijab* mal colocado. As manifestações em solo iraniano repercutiram no mundo inteiro e um dos grandes motivos foi a cobertura ao vivo da realidade das manifestantes pelas redes sociais, que mostravam como o regime buscava calar os presentes com violência. Além da comoção civil pelos protestos, vários líderes mundiais observaram os atos e se posicionaram contra a agressão exercida pelo Estado iraniano quanto às manifestações e o uso compulsório do véu.

Levando em consideração as hipóteses e a pesquisa realizada, pode-se afirmar que as redes sociais são uma forma de mídia diferente do que o ativismo era acostumado. A dependência da mídia tradicional era um empecilho para os movimentos em países onde a imprensa é censurada, como o Irã. Ativistas de décadas passadas eram reféns de sua própria produção para difundir os ideais da causa, como era o caso de Simin Behbahani e seus poemas. A geração após a de Behbahani, representada nesse trabalho por Shirin Ebadi, Vida Movahed e Narges Mohammadi, buscou levar o ativismo para as ruas e para o seu trabalho, tendo sido perseguidas e, no caso de Movahed e Mohammadi, até a prisão, e no de Ebadi, até o exílio forçado. Masih Alinejad faz parte dessa mesma geração, mas transcendeu a sua própria e tem sua importância na formação da geração mais recente, representada nesse trabalho por Nazila Maroofian e separadas pela importância dos protestos de 2022, cujo impacto à causa é sem

precedentes. Ambas jornalistas perseguidas até o exílio de seu país de origem, Alinejad e Maroofian utilizam as mídias em seu alcance em conjunto com as redes sociais, relatando os ocorridos em seu país natal e as perseguições que sofrem pela sua atuação. Ainda, ambas as ativistas colaboram para a expansão do debate em relação aos direitos das mulheres no Irã, tanto pela difusão de informações, quanto pela rede de apoio que tem construído por seu trabalho, que utilizam das postagens das mulheres como fontes seguras o suficiente para serem compartilhadas.

A partir do primeiro capítulo, foi possível compreender que o uso obrigatório do *hijab* é uma política nacional do regime islâmico com o intuito simbólico de demonstrar que o Irã é um país guiado pela religião, tal qual diz o Alcorão que se uma mulher usa o véu, existe ali uma fiel. Entretanto, ao tornar o uso em um ato compulsório, restringe-se a liberdade da mulher muçulmana de escolher por si como exercer sua fé. As mulheres iranianas demonstram desde cedo que gostariam de ter essa escolha, sendo continuamente serem reprimidas pelo regime teocrático e autoritário.

No segundo capítulo, foram apresentadas contribuições das seis ativistas e como seus trabalhos foram recebidos pelo regime iraniano. Todas as ativistas sofreram algum tipo de perseguição pelo seu trabalho a favor dos direitos das mulheres do Irã, o que acarretou no exílio de três delas e na prisão de duas. Duas das ativistas em exílio utilizam das redes sociais como uma das ferramentas principais de seu trabalho, fato que não seria possível caso se residissem no Irã, pois a difusão dessas informações são categorizadas como crimes de “Propaganda contra o Estado” e “Agitação da consciência pública” (IRAN PRISON ATLAS, [s.d]), como foi indiciada Nazila Maroofian.

Assim, retoma-se a pergunta central da pesquisa: como as ativistas iranianas, que vivem no país e as que estão emigradas, se engajam através das redes sociais em nome da luta pelos direitos das mulheres na República Islâmica do Irã? A partir das redes sociais das ativistas emigradas, é possível perceber um retrato do Irã que teme a informação e a ação que ela evoca. Como foi mostrado por Maroofian e por Alinejad na cobertura da repressão severa aos protestos do “Mulher, vida, liberdade”, as autoridades iranianas se contradiziam ao dizer que Mahsa Amini tinha problemas de saúde que a levaram ao óbito e trataram diversas pessoas com o mesmo tato agressivo durante os protestos. Diferentemente das ativistas presas e censuradas em seu país, Ebadi, Alinejad e Maroofian têm o poder da liberdade de expressão em exílio. Não significa que faz com que seu trabalho seja fácil, pois a perseguição continua, mas necessariamente sociais faz com que ele chegue a um público ainda maior. Dessa forma,

confirma-se a hipótese de que existe uma diferença significativa no discurso das ativistas em exílio, principalmente nas redes sociais, pois ao estarem baseadas fora do Irã, a possibilidade de censura pelo regime iraniano é menor.

Por fim, é necessário retomar que as mídias têm um papel de retroalimentação nesse caso. Por mais que as redes sociais tenham o poder de difusão, é a partir da imprensa que a comoção é filtrada e organizada de uma forma coerente para acessar um público ainda maior. E esse público, pronto para ser sensibilizado, é uma parte fundamental de todo o trabalho do ativismo. Retoma-se então:

O que é essencial para o ativismo é simplesmente não ser mais do que um, como nós somos em um cinema, mas um **senso de solidariedade na busca por transgressão**. Deve ter um senso de identidade compartilhada, que possa ser compreendido melhor nesse momento como pessoas reconhecendo umas às outras: **a raiva, o medo, a esperança ou outras emoções** que eles sentem sobre uma transgressão⁷⁰ (JORDAN, 2012 apud VIEIRA, 2016, p. 90, tradução nossa).

Dessa forma, mesmo que as redes sociais sejam uma mídia inovadora e poderosa, de pouco elas servem se não houver alguém do outro lado da tela pronto para ser comovido pelo sentimento de revolta que transpira as ativistas da causa dos direitos das mulheres do Irã.

⁷⁰ Do original: “What is essential to activism is not simply being more than one, as we are in a cinema, but a sense of solidarity in pursuit of transgression. There has to be a sense of shared identity, which can best be understood at this stage as people recognizing in one another the anger, fear, hope or other emotions they feel about a transgression.”

REFERÊNCIAS

AKHAVAN, Niki. **Social Media in Iran: Politics and Society after 2009**. New York: Suny Press, 2015.

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora, Revista de Arte, Mídia e Política**, v. 8, n. 28, 2015, 5 jan. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/22474>. Acesso em: 15 out. 2023.

ALESINA, Alberto; et al. Fractionalization. **Journal of Economic Growth**, v. 8, p. 155–194, jun. 2003. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1024471506938>. Acesso em: 1 set. 2023.

ALINEJAD, Masih. Iranian women, walking unveiled, shoulder to shoulder with women in hijab or with their male relatives in public [...]. **X: @AlinejadMasih**. Disponível em: <https://twitter.com/AlinejadMasih/status/1698728971058196802>. Acesso em: 27 set. 2023.

ALVES, Murilo Cavalcante. Mahdi: o messias islâmico xiita. **Revista Cultura Teológica**, n. 96, p. 268-290, maio – ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/50263>. Acesso em: 1 set. 2023.

ANDRABI, Abroo Aman. Ayatollah Syed Ali Khamenei His Role as a Leader in Islamic Republic of Iran. **National Seminar on the Life, Works, & Achievements of Ayatollah Syed Ali Khamenei**, fev. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/354928355_Ayatollah_Syed_Ali_Khamenei_His_Role_as_a_Leader_in_Islamic_Republic_of_Iran. Acesso em: 3 set. 2023.

BEHBAHANI, Simin. **Our Tears Are Sweet**. Poetry at Sangam, [s.d.]. Disponível em: <<http://poetry.sangamhouse.org/2017/12/our-tears-are-sweet-by-simin-behbahani/>>. Acesso em: 29 set. 2023.

BOUSTANY, Nora. A Poet Who 'Never Sold Her Pen or Soul'. **The Washington Post**, 10 jun. 2006. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2006/06/10/a-poet-who-never-sold-her-pen-or-soul/57f73459-45c7-4388-82fe-b1b7fa8fcba9/>. Acesso em: 11 out. 2023.

CANADA, Immigration and Refugee Board of. **Responses to Information Requests**, 21 fev. 2023. Disponível em: <https://irb-cisr.gc.ca/en/country-information/rir/Pages/index.aspx?doc=458046&pls=1>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CARVALHO, Siro Castro de. A inserção do Irã no “Século Asiático”. **Conjuntura Internacional** - PUC Minas, 12 nov. 2022. Disponível em: <https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2022/11/12/a-insercao-do-ira-no-seculo-asiatico/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

CENTER, Defenders of Human Rights. About the Defenders of Human Rights Center. **Defenders of Human Rights Center**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.humanrights-ir.org/about-us>. Acesso em: 1 out. 2023.

CHEHABI, E. Houchang. Staging the Emperor's New Clothes: Dress Codes and Nation-Building under Reza Shah. **Iranian Studies**, v. 26, n. 3-4, 1993, p. 209-229. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4310854>. Acesso em: 1 set. 2023.

COSTA, Jéssica Pereira da. O ISLÃ, OS MUÇULMANOS E SEUS CONCEITOS: Vocabulário de conceitos para o estudo da História do Islã e dos muçulmanos, Tese (Mestrado em História) – Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2016. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/o-islã.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

DEHGHAN, Saeed Kamali. Iranian journalist: 'Every week they try to smear me, discredit me'. **The Guardian**, 24 jan. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jan/24/iranian-journalist-masih-alinejad-smear-campaign>. Acesso em: 24 set. 2023.

EBADI URGES EU NOT TO GIVE IN TO ISLAMIC REPUBLIC. **Iran International**, 15 mar. 2023. Disponível em: <https://www.iranintl.com/en/202303151519>. Acesso em: 24 nov. 2023.

EBADI, Shirin. Campaign for Equality. **Nobel Women's Initiative**, 15 out. 2006. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150917012646/http://nobelwomensinitiative.org/2006/10/campaign-for-equality/>. Acesso em: 3 out. 2023.

EBADI, Shirin. I thought the Iranian Revolution would bring freedom. I was wrong. **The Washington Post**, 25 fev. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2020/02/25/i-thought-iranian-revolution-would-bring-freedom-i-was-wrong/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

EBADI, Shirin. **Iran Awakening: One Woman's Journey to Reclaim Her Life and Country**. Random House Trade Paperbacks, 10 abr. 2007.

EBADI, Shirin. Open letter by Shirin Ebadi to President Mahmoud Ahmadinejad. **Iran Human Rights Documentation Center**, 6 jul, 2009. Disponível em: <https://iranhrdc.org/open-letter-by-shirin-ebadi-to-president-mahmoud-ahmadinejad/>. Acesso em: 3 out. 2023.

ESFANDIARI, Haleh. For women of the Arab Spring, Iranian women provide a warning and a model. **Turkish Policy Quarterly**, v. 11, n. 4, 5 fev. 2013. Disponível em: <http://turkishpolicy.com/article/594/for-women-of-the-arab-spring-iranian-women-provide-a-warning-and-a-model-winter-2013>. Acesso em: 2 set. 2023.

EU LAWMAKERS SLAM IRAN'S TREATMENT OF WOMEN. **VOA News**, 23 nov. 2023. Disponível em: <https://www.voanews.com/a/eu-lawmakers-slam-iran-s-treatment-of-women/7367768.html>. Acesso em: 24 nov. 2023.

FARHI, Farideh. The Assembly of Experts. **The Iran Primer**, United States Institute of Peace, [s.d.]. Disponível em: https://iranprimer.usip.org/sites/default/files/Politics_Farhi_Assembly%20of%20Experts_0.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

FARIS, David M.; RAHIMI, Babak. **Social Media in Iran: Politics and Society after 2009**. Suny Press, Nova Iorque, 2015.

FERREIRA, Francirosy Campos Barbosa. Diálogos sobre o uso do véu (Hijab): Empoderamento, Identidade e Religiosidade. **Perspectivas**, São Paulo, v. 43, p. 183-198, jan./jun. 2013.

FOTO IMPRESSA DO AIATOLÁ KHAMENEI QUEIMANDO. **IRAN WIRE**, 30 abr. 2019. 1 fotografia. 1080x568 pixels. Disponível em: <https://iranwire.com/en/khameneicom/111204-why-iran-protesters-are-torching-posters-of-khamenei-soleimani/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

FRANÇA. LOI n° 2010-1192 du 11 octobre 2010 interdisant la dissimulation du visage dans l'espace public (1). **République Française, Légifrance**, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/loda/id/JORFTEXT000022911670>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FREEDOM, My Stealthy. The Photograph that launched a movement. **My Stealthy Freedom**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.mystealthyfreedom.org/our-story/>. Acesso em: 1 out. 2023.

FRENCH PRESIDENT HAILS FORMATION OF UNITED IRANIAN OPPOSITION. **Iran International**, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://www.iranintl.com/en/202302174992>. Acesso em: 24 nov. 2023.

GHEYTANCHI, Elham. **Social Media in Iran: Politics and Society after 2009**. Suny Press, Nova Iorque, 2015.

GIBBONS, Fiachra. Golshifteh Farahani: 'Exile from Iran is like death'. **The Guardian**, 6 set. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/film/2012/sep/06/golshifteh-farahani-exile-iran-like-death>. Acesso em: 15 out. 2023.

GOLESTAN, Hengameh. Women protesting forced hijab days after the Iranian Revolution, 1979. **Rare Historical Pictures**, 23 set. 2022. 1 fotografia. 1600x1066 pixels. Disponível em: <https://rarehistoricalphotos.com/women-protesting-hijab-1979/>. Acesso em: 19 set. 2023.

GUILLEMIN-DUCHESNE, Jacques. Zoroastrianism. **Britannica**, 8 nov. 2023. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/Zoroastrianism>. Acesso em: 16 nov. 2023.

HANNA, Andrew. Part 4: Khomeini & Khamenei on Women. **The Iran Primer**. United States Institute of Peace, 8 dez. 2020. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/blog/2020/dec/08/part-4-khomeini-khamenei-women>. Acesso em: 21 set. 2023.

HARRIS, Gardiner. In Hard-Line Speech, Pompeo Criticizes Iran's Behavior. **The New York Times**, 21 maio 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2018/05/21/world/middleeast/pompeo-iran-government-speech.html>. Acesso em: 20 nov. 2023.

HATAM, Nassim. Why Iranian women are wearing white on Wednesdays. **BBC News**, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-40218711>. Acesso em: 20 set. 2023.

HEGLAND, Mary Elaine. Women and The Iranian Revolution: A Village Case Study. **Dialectical Anthropology**, v. 15, n. 2/3, 1990, p. 183-192. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/29790347>. Acesso em: 1 set. 2023.

HISTÓRIA FM: 121 Revolução Iraniana: uma revolução muçulmana na Guerra Fria. [Locução de]: Icles Rodrigues. Entrevistada: Otávio Luiz. [S.l.]: **Leitura Obriga HISTÓRIA**, 16 jan. 2023. *Podcast*. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/745vE7Br58NeHz8Ojer4J3?si=c60wRxRmQ3Wt6cayA_0CJw&utm_source=whatsapp&utm_medium=whatsapp&nd=1&branch_match_id=1234105194543450208&branch_referrer=H4sIAAAAAAAAAA8soKSkottLXLy7IL8lMq9TLyczL1s%2FxzTQ3y%2FDJy3JJAgBD1rXAIAAAAA%3D%3D. Acesso em: 23 set. 2023.

IRÃ. THE POSITION OF WOMEN FROM THE VIEWPOINT OF IMAM KHOMEINI. **The Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini's Works (International Affairs Division)**, 2001. Disponível em: https://www.iranchamber.com/history/rkhomeini/books/women_position_khomeini.pdf. Acesso em: 1 set. 2023.

IRAN: Happy vídeo dancers sentenced to 91 lashes and jail. **BBC News**, 19 set. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29272732>. Acesso em: 24 set. 2023.

IRAN: POLICE ATTACK WOMEN'S DAY CELEBRATION. **Human Rights Watch**, 8 mar. 2006. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2006/03/08/iran-police-attack-womens-day-celebration>. Acesso em: 5 set. 2023.

IRAN'S HIJAB PROTESTS: THE GIRLS OF REVOLUTION STREET. **BBC News**, 5 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/world-middle-east-42954970>. Acesso em: 20 set. 2023.

IRANIAN JOURNALIST MAROOFIAN FLEES PERSECUTION TO FRANCE. **Iran Wire**, 11 out. 2023. Disponível em: <https://iranwire.com/en/journalism-is-not-a-crime/121417-iranian-journalist-maroofigian-flees-persecution-to-france/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

IRANIANA GANHADORA DO NOBEL DA PAZ FAZ GREVE DE FOME NA CADEIA; POR NÃO USAR O VÉU, ELA FOI PROIBIDA DE IR AO HOSPITAL. **G1**, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/06/iraniana-ganhadora-do-nobel-da-paz-deste-ano-faz-greve-de-fome-na-cadeia.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2023.

IRANIANS IN JAPAN PROTEST OVER DEATH OF WOMAN DETAINED IN TEHRAN FOR WEARING HIJAB WRONGLY. **Mainichi Japan**, 17 out. 2022. Disponível em: <https://mainichi.jp/english/articles/20221017/p2a/00m/0in/003000c>. Acesso em: 22 nov. 2023.

JAYNES, Gregory. Iran Women March Against Restraints on Dress and Rights. **The New York Times**, 8 mar. 1979. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1979/03/11/archives/iran-women-march-against-restraints-on-dress-and-rights-15000.html?smid=url-share>. Acesso em: 19 set. 2023.

JORNALISTA IRANIANA AFIRMA TER SIDO AGREDIDA SEXUALMENTE DURANTE DETENÇÃO. **Folha de Pernambuco**, 6 set. 2023. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/noticias/jornalista-iraniana-afirma-ter-sido-agredida-sexualmente-durante/290592/>. Acesso em: 4 out. 2023.

JORNALISTA QUE ENTREVISTOU PAI DE MAHSA AMINI DENUNCIA CONDENAÇÃO SEM DEFESA NO IRÃ. **O Globo**, 29 jan. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/epoca/noticia/2023/01/jornalista-que-entrevistou-pai-de-mahsa-amini-denuncia-condenacao-sem-defesa-no-ira.ghml>. Acesso em: 7 nov. 2023.

KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. **Users of the world, unite!** The challenges and opportunities of Social Media. *Business Horizons*, v. 53, n. 1, jan-fev. 2010.

KESHAVARZIAN, Arang; CHEHABI, H. E. **Comparative Politics Today: A World View**, 12ª edição, 2018.

KHAKPOUR, Porochista. Shirin Ebadi: 'Almost a fourth of the people on Earth are Muslim. Are they like each other? Of course not'. **The Guardian**, 25 abr. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development-professionals-network/2017/apr/25/shirin-ebadi-outside-of-iran-i-knew-id-be-more-useful-i-could-speak>. Acesso em: 10 out. 2023.

KHIABANY, Gholam. **The Importance of 'Social' in Social Media**. The Routledge Companion to Social Media and Politics, 1ª edição, 2015. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315716299-18/importance-social-social-media-gholam-khiabany>. Acesso em 10 set. 2023.

KINSELLA, Helen M. **The Globalization of World Politics: An Introduction to International Relations**. Oxford, 8ª edição, 2020.

KOC-MICHALSKA, Karolina; et al. From Online Political Posting to Mansplaining: The Gender Gap and Social Media in Political Discussion. **Social Science Computer Review**, v. 39, ed. 2, set. 2019.

KOUACHI, Ikrame Imane. France's hijab ban for its athletes at 2024 Olympics draws international condemnation. **Anadolu Ajansı**, 6 out. 2023. Disponível em: <https://www.aa.com.tr/en/europe/france-s-hijab-ban-for-its-athletes-at-2024-olympics-draws-international-condemnation/3008976>. Acesso em: 28 nov. 2023.

MAHSA AMINI: UN CALLS FOR INQUIRY INTO IRANIAN WOMAN'S DEATH. *AlJazeera*, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2022/9/20/un-calls-for-probe-into-iranian-womans-death-amid-protests>. Acesso em: 11 set. 2023.

MAJBOURI, Mahdi; FESHARAKI, Sanaz. Iran's Multi-ethnic Mosaic: A 23-Year Perspective. *Social Indicators Research*, n. 145, p. 831–859, 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s11205-017-1800-4>. Acesso em: 20 ago. 2023.

MANTOVANI, Flávia. Iranianos em SP protestam contra morte de Mahsa Amini e pedem fim de regime islâmico. *Folha de S. Paulo*, 23 set. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/09/iranianos-em-sp-protestam-contramorte-de-mahsa-amini-e-pedem-fim-de-regime-islamico.shtml>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MAROOFIAN, Nazila. Olá a todos os queridos [...]. **Instagram**: @nazilamaroofian. . 1 fotografia. 750x938 pixels. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cv4k9KhOCeY/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MEDEIROS, Jackson da Silva. **Considerações sobre a esfera pública**: redes sociais na internet e participação política. *TransInformação*, Campinas, 25(1):27-33, jan./abr., 2013

MENUCCI, Julia Monfardini. Movimento Sufragista e a Conquista do Voto Feminino no Brasil. **I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos**, GT III – Biopolítica, Gênero e Identidade, 17 ago. 2018. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/conabipodihu/article/view/9326>. Acesso em: 30 set. 2023.

MILANI, Farzaneh. Simin Behbahani: Iran's National Poet. *Iranian Studies*, v. 41, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/00210860701786546>. Acesso em: 4 out. 2023.

MIR-HOSSEINI, Ziba. The Conservative–Reformist Conflict Over Women's Rights in Iran. **International Journal of Politics, Culture, and Society**, v. 16, p. 37-53, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1023/A:1016530427616>>. Acesso em: 19 set. 2023.

MIR-HOSSEINI, Ziba. Women, Marriage and the Law in Post-Revolutionary Iran. **Women in the Middle East: Perceptions, Realities and Struggles for Liberation**, p. 59-84, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/A:1016530427616>. Acesso em: 19 set. 2023.

MOHAMMADI, Majid. Iranian Women and the Civil Rights Movement in Iran: Feminism Interacted. **Journal of International Women's Studies**, v. 9. 1ª edição, set. 2007. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1285&context=jiws>. Acesso em: 20 set. 2023.

MOHAMMADI, Narges. The More They Lock Us Up, the Stronger We Become. **The New York Times**, 16 set. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/09/16/opinion/narges-mohammadi-iran-women.html>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MOHAMMADI, Narges. **White Torture**: Interviews with Iranian Women Prisoners. OneWorld Publications, 3 nov. 2022.

MORTE DE JOVEM PRESA POR NÃO COBRIR CABELO COM VÉU INFLAMA PROTESTOS NO IRÃ. **Estadão**, 20 set. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/morte-de-jovem-presa-por-nao-cobrir-cabelo-com-veu-inflama-protestos-no-ira/>. Acesso em: 11 set. 2023.

MOURI, Leila. Remembering Simin Behbahani: Iran's Legendary Poet And Advocate. **Center for Human Rights in Iran**, 29 ago. 2014. Disponível em: <https://iranhumanrights.org/2014/08/simin-behbahani/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

MÜLLER, Luiza. OS SENTIDOS DO VÉU NO ATIVISMO ONLINE DO MOVIMENTO MY STEALTHY FREEDOM. **TROPOS: COMUNICAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA**, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4539>. Acesso em: 26 nov. 2023.

NAZILA MAROUFIAN – JOURNALIST. **Iran Prison Atlas**, [s.d.]. Disponível em: <https://ipa.united4iran.org/en/prisoner/8213/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

O QUE É A ABAYA, VESTIDO ISLÂMICO QUE A FRANÇA PROIBIU MENINAS DE USAR NA ESCOLA. **BBC**, 5 set. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cw89nj9621zo>. Acesso em: 28 nov. 2023.

OSANLOO, Arzoo. Khomeini's Legacy on Women's Rights and Roles in the Islamic Republic of Iran. **A Critical Introduction to Khomeini**, Cambridge, Cambridge University Press, 2014. Acesso em: 18 set. 2023.

OSANLOO, Arzoo. Lessons from the Suffrage Movement in Iran. **The Yale Law Journal**, v. 129, 2019-2020, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.yalelawjournal.org/forum/lessons-from-the-suffrage-movement-in-iran>. Acesso em: 18 set. 2023.

PALLADINO, Robert. Secretary Pompeo's Meeting With Iranian Women's Rights Activist Masih Alinejad. **U.S. Virtual Embassy Iran**, 4 fev. 2019. Disponível em: <https://ir.usembassy.gov/secretary-pompeos-meeting-with-iranian-womens-rights-activist-masih-alinejad/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

PERSIAN, BBC. Foram publicados vídeos nas redes sociais que mostram os manifestantes gritando [...]. 19 set. 2022. **X**: @bbcpersian. Disponível em: <https://twitter.com/bbcpersian/status/1571971354869567488>. Acesso em: 7 out. 2023.

POURMOKHATARI, Navid. Presence-as-Resistance: Feminist Activism and the Politics of Social Contestation in Iran. **Journal of International Women's Studies**, v. 24, 7ª edição, nov. 2022. Disponível em: <https://vc.bridgew.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3013&context=jiws>. Acesso em: 21 set. 2023.

PROTESTERS BURN IMAGES OF IRAN SUPREME LEADER, EX-IRGC HEAD. **Middle East Monitor**, 12 out. 2022. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20221012-protesters-burn-images-of-iran-supreme-leader-ex-irgc-head/>. Acesso em: 15 set. 2023.

QUEM É NARGES MOHAMMADI, GANHADORA DO PRÊMIO NOBEL DE 2023. **G1**, 6 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/06/quem-e-narges-mohammadi-ganhadora-do-premio-nobel-de-2023.ghtml>. Acesso em: 1 nov. 2023.

RAJVANSHI, Astha. Iranian Dissident Masih Alinejad Won't Be Silenced. **TIME**, 2 mar. 2023. Disponível em: <https://time.com/6259111/masih-alinejad/>. Acesso em: 4 out. 2023.

RAJVANSHI, Astha. What the Return of the 'Morality Police' Means for Iran's Women. **TIME**, 17 jul 2023. Disponível em: <https://time.com/6295238/iran-morality-police-return/>. Acesso em: 4 out. 2023.

RASGOO, H. Decoding Iranian Politics: The Struggle Over Compulsory Hijab. **Iran Wire**, 1 maio 2018. Disponível em: <https://iranwire.com/en/features/65291/>. Acesso em: 1 set. 2023.

ROUHANI CLASHES WITH IRANIAN POLICE OVER UNDERCOVER HIJAB AGENTS. **Reuters**, 20 abr. 2016. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-iran-rights-rouhani-idUSKCN0XH0WH/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SAHGAL et al. Religion in India: Tolerance and Segregation. Religious clothing and personal appearance. **Pew Research Center**, 29 jun. 2021. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/religion/2021/06/29/religious-clothing-and-personal-appearance/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

TUSA, Felix. **How Social Media Can Shape a Protest Movement: The Cases of Egypt in 2011 and Iran in 2009**. Arab Media and Society, ed. 17, 2013.

VÉUS USADOS PELAS MULHERES MUÇULMANAS. **BBC**, 30 abr. 2019. 1 fotografia. 1920x2230 pixels. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48109935>. Acesso em: 19 nov. 2023.

VIEIRA, Vivian Patricia Peron. **Os Efeitos da Comunicação Digital na Dinâmica do Ativismo Transnacional Contemporâneo: Um Estudo Sobre Al-Qaeda, Wikileaks E Primavera Árabe**, Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20904?mode=full> . Acesso em: 25 ago. 2023.

VIDA MOHAVED, “A PRIMEIRA MENINA DA RUA DA REVOLUÇÃO” FOI CONFENADA A UM ANO DE PRISÃO. **BBC Persian**, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/persian/iran-47925057>. Acesso em: 5 nov. 2023.

VIDA MOHAVED – GENDER EQUALITY ACTIVISM. **Iran Prison Atlas**, [s.d.]. Disponível em: <https://ipa.united4iran.org/en/prisoner/3977/>. Acesso em: 1 nov. 2023.

WINTOUR, Patrick. Three people killed in Iran protests over death of Mahsa Amini. **The Guardian**, 21 set. 2022. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2022/sep/20/iran-death-mahsa-amini-protests-morality-police>. Acesso em: 11 set. 2023.

WINTOUR, Patrick. UK, France and Germany refuse to lift sanctions on Iran under nuclear deal. **The Guardian**, 14 set. 2023. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/world/2023/sep/14/uk-france-and-germany-refuse-to-lift-sanctions-on-iran-under-nuclear-deal>. Acesso em: 24 nov. 2023.

WOOD, Graeme. Who's Afraid of Masih Alinejad? **The Atlantic**, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2022/11/masih-alinejad-iran-hijab-protests/672204/>. Acesso em: 4 nov. 2023.

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante Fernanda Hofmann Beda Mendes do Curso de Relações Internacionais matrícula 2020.1.0043.0034-3, telefone: (63) 99116-1072, e-mail iferhofmann@gmail.com na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A LUTA DAS ATIVISTAS EXILADAS E RESIDENTES DO IRÃ CONTRA A SUPRESSÃO DE SEUS DIREITOS, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 04 de dezembro de 2023.

Assinatura do(s) autor(es):



Nome completo do(s) autor(es): Fernanda Hofmann

Assinatura do professor orientador:



Nome completo do professor orientador: Danilo Alarcon